



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**327^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 08 e 09 de maio de 2024

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 327ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Plataforma Zoom e Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala “A”, 1º Andar, sala 108, Brasília/DF

Data: 08 e 09/05/2024

1 Aos oito e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro realizou-se a 327ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular
3 Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do CNAS e representante da Confederação Nacional dos
4 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT. Estiveram presentes as(os) seguintes
5 Conselheiras(os) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular Agostinho Soares Belo, representante da
6 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Conselheiro Titular Carlos Nambu,
7 representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Titular Catarina de Santana Silva,
8 representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo
9 Lima, representante do Fórum Nacional dos Secretárias(os) de Estado da Assistência Social –
10 FONSEAS; Conselheiro Titular Edgilson Tavares de Araújo, representante da Secretaria Nacional de
11 Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheiro Titular Elias de Sousa Oliveira, representante do
12 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro
13 Titular Ismael Ultino Tavalone, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de
14 Autodefensores – MONPAD; Conselheira Titular Ivone Maggioni Fiore, representante da Federação
15 Nacional das APAES – FENAPAES; Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, representante
16 da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT;
17 Conselheiro Titular Raimundo Nonato Lopes de Sousa, representante da DBA/SNAS; Conselheira
18 Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em
19 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheira Titular Shirley de
20 Lima Samico, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
21 Combate à Fome – MDS; Conselheira Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos
22 Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Conselheira Suplente Amanda
23 Simone Silva, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheira
24 Suplente Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais -

25 ABRATO; Conselheira Suplente Bruna Cristina Neves Carnelossi, representante da Associação Rede
26 Brasileira de Renda Básica – RBRB; Conselheira Suplente Daniela Spinelli Arsky, representante do
27 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; Conselheiro
28 Suplente Eduardo Dalbosco, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
29 Família e Combate à Fome – MDS; Conselheira Suplente Emilene Oliveira Araújo, representante da
30 Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheira Suplente Geovana Pádua Gobbo Marinot, representante do
31 Fórum Nacional de Secretárias(os) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro
32 Suplente José Miguel da Costa Júnior, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
33 Social, Família e Combate à Fome – MDS; Conselheira Suplente Keiles Lucena de Macedo,
34 representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS;
35 Conselheiro Suplente Marcílio Marquesini Ferrari, Coordenador-Geral do Sistema Único de
36 Assistência Social; Conselheira Suplente Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, representante
37 da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conselheira Suplente Norma Suely de Souza Carvalho,
38 representante do Lar Fabiano de Cristo; Conselheiro Suplente Rafael Machado da Silva, representante
39 do Movimento Nacional População de Rua; Conselheira Suplente Simone Cristina Gomes,
40 representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Conselheira Suplente Solange Teixeira,
41 representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome –
42 MDS. **ABERTURA 08/05/2024:** O Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo, representante da
43 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, iniciou a 327ª Reunião Ordinária do CNAS
44 cumprimentando a todas(os) e solidarizando-se com o Estado do Rio Grande do Sul, que sofre os
45 efeitos das enchentes, assim como seus Conselheiros, citando a Conselheira Edna Alegro e a
46 Conselheira Ana Lúcia Soares. Em seguida, solicitou à Sra. Thaís Pereira Braga, Secretária-Executiva
47 Substituta do CNAS, que realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, o
48 Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo deu as boas-vindas aos novos conselheiros
49 governamentais que estavam participando pela primeira vez de uma reunião presencialmente e
50 justificou a ausência da Presidente Margareth Alves Dallaruvera, que estava em uma reunião externa
51 na companhia da Conselheira Sandra Regina Barbosa, da Conselheira Keiles Lucena e do Conselheiro
52 Agostinho Soares Belo. Após, realizou a leitura da pauta proposta, que estava composta pelos
53 seguintes itens: Dia 06/05/2024 – Reunião das Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão de
54 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda - Apreciação do Relato
55 do Painel 5 (RDA) - “O Papel do Controle Social no Suas na Gestão dos Benefícios Eventuais” e

56 outros; 10h às 17h - Reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de
57 Assistência Social - Atualização do caderno de avaliação e recomendações de 2015 e outros. Dia
58 07/05/2024 – Reunião das Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
59 Conselhos de Assistência Social - Apresentação da revisão do Caderno de Orientações “Processo
60 eleitoral da sociedade civil nos CAS” e outros; Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
61 da Assistência Social - Apreciação dos Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025 e outros;
62 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social - Revisão do Regimento Interno do CNAS e
63 outros; Reunião da Comissão de Política da Assistência Social - Proposta de revisão das ações
64 estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da
65 Assistência Social – SUAS e de critérios de elegibilidade do cofinanciamento federal para Estados,
66 Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e outros; 14h às 16h - Reunião
67 Conjunta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
68 Renda e da Comissão de Política da Assistência Social - Apreciação da minuta de portaria – gestão
69 das condicionalidades do Programa Bolsa Família e atualização de normativos e orientações relativas
70 ao acompanhamento das famílias em situação de não cumprimento das condicionalidades e outros;
71 16h às 18h - Reunião da Presidência Ampliada do CNAS. Dia 08/05/2024 – 327ª Reunião Ordinária
72 do CNAS: 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento do CNAS; 10h às 10h30 - Aprovação da ata
73 da 326ª Reunião Ordinária e da pauta da 327ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da
74 reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
75 Renda; 14h às 15h -Apresentação da metodologia das conferências. Convidada(o): Especialista em
76 Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Sr. Daniel
77 Avelino; 15h às 16h30 -Relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das
78 Conferências de Assistência Social; 16h30 às 18h Relato da reunião da Comissão de Financiamento
79 e Orçamento da Assistência Social. Dia 09/05/2024 – 327ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 12h -
80 Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Aprovação do Relatório do GT para
81 realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a parâmetros e critérios para ofertas de
82 assessoramento, defesa e garantia de direitos pelas entidades privadas/organizações da sociedade civil
83 da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS; 15h às 16h
84 - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 16h às
85 17h - Relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS; 17h às 18h - Informes da
86 Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Dia

87 09/05/2024 – Reunião de Comissão: 09h às 18h - Reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil
88 no CNAS – Gestão 2024/2026. Dia 10/05/2024 – Assembleia de Eleição: 09h às 18h - Assembleia
89 de Eleição da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2024/2026. Ato seguinte, o Conselheiro Carlos
90 Nambu, representante da Inspeção São João Bosco, pediu inclusão na pauta da aprovação do
91 Regimento Interno da Eleição e a antecipação do relato da Comissão Eleitoral e da Comissão de
92 Controle Social das Deliberações da Conferência, em decorrência da reunião da Comissão Eleitoral,
93 no dia 09 de maio. Após, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo informou que a apresentação
94 da metodologia das conferências precisaria ser adiada para a próxima reunião. Aprovou-se a seguinte
95 pauta, com alteração nos dias 08 e 09 de maio: Dia 08/05/2024 – 327ª Reunião Ordinária do CNAS:
96 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento do CNAS; 10h às 10h30 - Aprovação da ata da 326ª
97 Reunião Ordinária e da pauta da 327ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h30 às 11h30 - Relato da
98 reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
99 Renda; 11h30 às 12h30 -Relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das
100 Conferências de Assistência Social; Informes e aprovação do Regimento Interno da Eleição da
101 Sociedade Civil – Gestão 2024-2026; 14h às 18h - Relato da reunião da Comissão de Normas da
102 Assistência Social; Aprovação do Relatório do GT para realizar estudos, apresentar análises e
103 propostas com relação a parâmetros e critérios para ofertas de assessoramento, defesa e garantia de
104 direitos pelas entidades privadas/organizações da sociedade civil da Assistência Social. Dia
105 09/05/2024 – 327ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNAS: 9h às 10h - Relato da reunião da Presidência
106 Ampliada do CNAS; 10h às 11h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
107 Assistência Social; 11h às 12h - Relato da reunião da Comissão de Políticas da Assistência Social;
108 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
109 Social; 15h às 18h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS-MDS, FONSEAS,
110 CONGEMAS e Conselheiros. Então, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo colocou em
111 votação a Pauta da 327ª Reunião Ordinária do CNAS, a qual foi aprovada pela unanimidade das(os)
112 conselheiras(os) presentes. Ato contínuo, a Ata da 326ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada
113 pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao relato da reunião
114 extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência
115 de Renda - CABSTR, realizada em 24 de abril de 2024. Com a palavra, o Conselheiro Titular
116 Raimundo Nonato, representante da DBA/SNAS, elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es),
117 participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta

118 debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Ratificação da indicação da coordenação da
119 Comissão. Encaminhamento: A Comissão aprovou a indicação da conselheira Eutália Barbosa
120 Rodrigues como Coordenadora e do Conselheiro Raimundo Nonato como Coordenador Adjunto para
121 coordenarem a comissão pelos próximos dois meses, até a próxima gestão. Item 2. Revisão do Plano
122 de Ação da CABSTR. Encaminhamento: A Comissão sugere que esse item de pauta seja adiado para
123 após o mês de julho, quando será iniciada uma nova gestão do Conselho Nacional de Assistência
124 Social – CNAS. Item 3. Apreciação da minuta de Relatório da Comissão – Gestão 2022/2024.
125 Encaminhamento: A Comissão apreciou a minuta de relatório com sugestão de inclusão de alguns
126 itens e o documento será finalizado na próxima reunião. Item 4. Ofício FENASPS nº 172/2023. A
127 Diretoria Colegiada da Federação Nacional representativa dos Sindicatos em Trabalho, Saúde,
128 Previdência, Seguro Social e ANVISA, solicita apoio contra às medidas que desconstroem a avaliação
129 biopsicossocial da deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Encaminha
130 para apreciação o dossiê: “Uma bomba-relógio chamada INSS: a urgente e necessária reestruturação
131 da maior autarquia pública da América Latina - Diagnóstico e propostas da FENASPS enviado à
132 Equipe de Transição do Governo Lula. Os itens 04 e 06 do documento tratam das pautas que
133 envolvem diretamente os direitos da pessoa com deficiência. Encaminhamento: A Comissão propõe
134 encaminhar o Ofício da FENASPS nº 172/2023 à SNAS, solicitando subsídios para resposta à
135 demandante. Item 5. Definição da pauta, convidados e principal ponto de pauta da reunião do dia
136 06/05/2024: 9h às 11h - Apreciação do Relato do Painel 5 - “O Papel do Controle Social no Suas na
137 Gestão dos Benefícios Eventuais” (principal ponto de pauta); Apreciação da Resolução do CNAS que
138 propõe parâmetros orientadores aos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito
139 Federal para a definição de critérios e prazos na oferta de Benefícios Eventuais no âmbito da Política
140 de Assistência Social. Convidada: SNAS/MDS; 11h às 12h - Temas comuns às comissões temáticas
141 do CNAS: Fechamento do Relatório da Comissão – Gestão 2022/2024 e verificação das deliberações
142 da 12ª Conferência Nacional afetas à CABSTR; 14h às 16h - Outros assuntos: Informe do Despacho
143 nº 114/2024 do Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS/MDS, em resposta à demanda
144 do município de Boa Vista, RR. Não havendo observações, o relato da reunião extraordinária da
145 Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda foi
146 aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao relato da reunião
147 da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda,
148 realizada em 06 de maio de 2024. Com a palavra, o Conselheiro Titular Raimundo Nonato elencou

149 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
150 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1.
151 Revisão da Resolução CNAS Nº 15, de 5 de junho de 2014, que orienta os Conselhos de Assistência
152 Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de
153 controle social do Programa Bolsa Família - PBF. Encaminhamento: A Comissão levará à
154 consideração da Presidência Ampliada a viabilidade da realização de Reunião Conjunta Virtual da
155 CABSTR e CAC para a revisão da Resolução CNAS nº 15/2014: um dia da semana de 13 a 17 de
156 maio ou dia 17 de junho. Item 2. Apreciação do Relato do Painel 5 - “O Papel do Controle Social no
157 Suas na Gestão dos Benefícios Eventuais”. Encaminhamentos: a) Enviar o Relato do Painel 5 para
158 consideração do Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS no sentido de analisar elementos
159 que possam ser incluídos no texto da resolução; b) Pautar oportunamente uma reunião conjunta da
160 CABSTR e Comissão de Política para aprofundar as condições de gestão para as ofertas dos
161 benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios e do Distrito Federal; c) Quando da apreciação
162 final da resolução dos Benefícios Eventuais no âmbito da Comissão de Acompanhamento de
163 Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, recomenda-se fazer constar na Nota Técnica
164 de encaminhamento à CONJUR a importância da análise da resolução como um todo e suas
165 implicações considerando o que prevê o Art. 3º da LOAS em relação aos benefícios no âmbito da
166 rede socioassistencial. Item 3. Apreciação da Minuta de Resolução do CNAS que propõe parâmetros
167 orientadores aos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal para a
168 definição de critérios e prazos na oferta de Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência
169 Social. Encaminhamento: A discussão e finalização da minuta da resolução será retomada após a
170 publicação do Decreto sobre Benefícios Eventuais. Item 4. Temas comuns às comissões temáticas do
171 CNAS: 4.1. Fechamento do Relatório da Comissão – Gestão 2022/2024. Encaminhamento: A
172 Comissão apreciou e aprovou o Relatório de Gestão da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
173 Socioassistenciais e Transferência de Renda - Gestão 2022/2024, disponível no *Google Drive* para
174 conhecimento das(os) conselheiras(os). Esse relatório será apresentado pela Coordenadora da
175 Comissão na reunião do CNAS de junho. 4.2. Verificação das deliberações da 12ª Conferência
176 Nacional afetas à CABSTR. Encaminhamento: A Comissão fez o debate e atualização das
177 deliberações afetas à Comissão e a planilha deverá ser encaminhada para consideração da Comissão
178 de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. 5. Outros assuntos. 5.1.
179 Informe do Despacho nº 114/2024 do Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS/MDS, em

180 resposta à demanda do Conselho Municipal de Assistência Social de Boa Vista, RR.
181 Encaminhamentos: a) Solicitar ao Departamento de Benefícios Assistenciais da SNAS para fazer a
182 mediação junto a Gestão do Município de Boa Vista, RR sobre como se dá a orientação para o
183 atendimento dos usuários quando da inscrição ou atualização no CadÚnico para fins de concessão do
184 Benefício de Prestação Continuada; b) Pautar oportunamente reflexões sobre a diferença conceitual
185 de família no BPC e no CadÚnico: impacto na concessão dos benefícios. 6. Reunião da CABSTR -
186 julho/2024. Apresentação de indicativos de temas considerados prioritários para próxima gestão
187 2024/2026 com vistas a subsidiar o Plano de Ação da Comissão. (principal ponto de pauta). A seguir,
188 a Conselheira Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de
189 Assistência Social – FNUSUAS, pediu que o resultado da averiguação do DBA mencionada no Item
190 5.1 seja encaminhada para o CNAS, o que foi aceito. Diante da repetição da dúvida a respeito do
191 conceito de família oriunda dos usuários do BPC e do CadÚnico, a Conselheira Ivone Maggioni,
192 representante da Federação Nacional das APAES – FENAPAES, pediu que o debate para equalizar a
193 situação seja priorizado, uma vez que está gerando a exclusão de beneficiários do BPC, ao que a
194 Conselheira Bruna Carnelossi, representante da Associação Rede Brasileira de Renda Básica –
195 RBRB, concordou, acrescentando que o princípio da universalização precisa ser reforçado. Após, o
196 Conselheiro Raimundo Nonato falou sobre a implantação do conceito de família e pediu que não aja
197 um retrocesso para o conceito mononuclear. Já o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
198 encaminhou que a Comissão proponha estratégias mais específicas para o debate. Não havendo mais
199 observações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais
200 e Transferência de Renda as foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Ato
201 seguinte, passou-se ao próximo ponto de pauta, o relato da reunião da Comissão de Controle Social
202 das Deliberações das Conferências de Assistência Social, realizada em 15 de abril de 2024. Com a
203 palavra, o Conselheiro Titular Carlos Nambu elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es),
204 participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta
205 debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Atualização do caderno de avaliação e
206 recomendações de 2015 para deliberação do pleno. Encaminhamento: Proposta de ajustes do caderno:
207 a) Colocar na capa arte que se refere ao nome do caderno “Caderno de Avaliação e Recomendação”,
208 para que não fique na capa o nome de apenas uma Conferência; b) Colocar na ficha catalográfica
209 “versão revisada e ampliada”; c) Atualização do expediente; d) Atualizar o índice, conforme
210 formatação pela Secretaria Executiva; e) 5. Solicitar a apresentação das Conselheiras Ana Carolina e

211 Shirley Samico para inserir no caderno; f) 6. Até a sexta-feira que antecede a reunião da Comissão
212 de Monitoramento das Deliberações, as Conselheiras Ana Carolina e Shirley Samico deverão
213 apresentar o texto proposto de revisão da apresentação do documento atual. O prazo para os
214 conselheiros apresentarem os pontos de destaque no acréscimo realizado pela Secretaria Executiva
215 será até a sexta-feira que antecede a próxima reunião da Comissão. Item 2. Avaliação dos
216 encaminhamentos das comissões sobre a materialização das deliberações da 13ª Conferência.
217 Encaminhamento: A Comissão sugere que seja enviado para todas(os) as(os) conselheiras(os) a
218 última versão do conferir e que na próxima reunião seja verificado a proposta de fluxo para nova
219 gestão. Item 3. Proposta de pauta de maio/2024, com os respectivos convidados e principal ponto de
220 pauta. 3.1. Atualização do caderno de avaliação e recomendações de 2015 para deliberação do pleno.
221 3.2. Avaliação dos encaminhamentos das comissões sobre a materialização das deliberações da 13ª
222 Conferência. 3.3. Avaliação da gestão de 2022-2024 e verificação de relatório para comissão de
223 Monitoramento das deliberações de Assistência Social gestão 2024-2026. Não havendo observações,
224 o relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência
225 Social, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os)
226 presentes. Ato seguinte, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Controle Social das
227 Deliberações das Conferências de Assistência Social, realizada em 06 de maio de 2024. Antes de
228 iniciar o relato, o Conselheiro Titular Carlos Nambu explicou que, a partir da 13ª Conferência
229 Nacional, o Conferir foi ressignificado e o controle social assumiu a atribuição de fazer a gestão,
230 articulação e materialização das deliberações das conferências. Após, elencou as(os) conselheiras(os),
231 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
232 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Avaliação da gestão de
233 2022/2024 e verificação de relatório para Comissão de Monitoramento das Deliberações de
234 Assistência Social gestão 2024/2026. Encaminhamento: Estudar a construção de um
235 sistema/plataforma para publicização das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência
236 Social, bem como seus encaminhamentos – (Delibera SUAS), agregando aos encaminhamentos da
237 comissão para a nova gestão. Item 2. Atualização do caderno de avaliação e recomendações de 2013
238 para deliberação do pleno. Encaminhamento: a) Encaminhar às/aos conselheiros(os) da Comissão a
239 proposta de capa do caderno de avaliações e recomendações das deliberações das Conferências
240 Nacionais de Assistência Social; b) Será apresentada no pleno a proposta do caderno que será enviado
241 para todas(os) as(os) conselheiras(os) antecipadamente; c) O expediente será atualizado com a gestão

242 atual; d) O sumário será construído a partir da formatação do caderno, que será realizado pela
243 Secretaria Executiva. Item 3. Avaliação dos encaminhamentos das comissões sobre a materialização
244 das deliberações da 12º Conferência. Encaminhamento: a) Conforme metodologia adotada pela
245 comissão para o Conferir, a proposta para a nova gestão é que as comissões reavaliem as ações de
246 materialização das deliberações das conferências, bem como o andamento de sua execução, conforme
247 prazos estabelecidos nas planilhas das deliberações de monitoramento da 12ª e 13ª Conferências
248 Nacionais de Assistência Social; b) A Comissão sugere para a nova gestão que, quando a planilha da
249 12ª conferência retornar para a comissão, fazer as seguintes atualizações: Piso salarial dos
250 trabalhadores que está com apresentação do Projeto de Lei 5874/23 sobre o piso nacional dos
251 trabalhadores do SUAS que está na Câmara dos Deputados e audiência pública já agendada na câmara
252 dia 13 de junho às 14h; Mesa nacional de gestão do trabalho que deverá ser atualizada pela resolução
253 conjunta nº 4 de dezembro de 2023, referente a mesa nacional de negociação permanente do SUAS,
254 conforme prevê a NOB RH; Retomada do programa Capacita SUAS, no que se refere ao processo de
255 monitoramento da execução do programa o mesmo foi retornado a partir de 2023, já foi realizado
256 mais de 40 reuniões técnicas com os estados para o aperfeiçoamento da execução e a própria
257 formalização de contratos administrativos no âmbito do programa. Por fim, o Conselheiro Carlos
258 Nambu apresentou a atualização do Caderno de Avaliação e Recomendações, que foi aprovada. Ato
259 seguinte, o Conselheiro Carlos Nambu apresentou a planilha da 13ª Conferência Nacional, explicando
260 que as verificações serão feitas em março de 2025, por anteceder a entrega do Projeto de Lei de
261 Diretrizes Orçamentárias - PLDO, e agosto de 2024 e 2025, por anteceder a entrega do Projeto de Lei
262 Orçamentária Anual - PLOA. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Controle
263 Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social, realizada em 06 de maio de 2024,
264 foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. A respeito do Regimento Interno
265 da Eleição da Sociedade Civil, o Conselheiro Carlos Nambu, Presidente da Comissão Eleitoral,
266 esclareceu que foi realizada a consulta com os candidatos e eleitores, ao que a Secretária-Executiva
267 Maria das Mercês de Carvalho somou que, embora a consulta tenha sido feita, é necessário que o
268 documento passe pela aprovação da Plenária, questionando se o documento será discutido novamente
269 na assembleia. O Conselheiro Carlos Nambu disse que o entendimento da Comissão é que aja a
270 ratificação na assembleia. Após, fez a leitura do documento. Ato seguinte, a Presidente Margareth
271 Alves Dallaruvera cumprimentou a todas(os) e anunciou que esteve em uma reunião para tratar da
272 recomposição do orçamento da assistência social e da aprovação do PL nº 383, juntamente com

273 membros da Comissão de Financiamento, representantes do CONGEMAS, FONSEAS, o Ministro e
274 o Secretário Nacional do MDS. Elucidou que foi criado um Grupo de Trabalho em caráter de urgência
275 com representantes do CNAS, CONGEMAS, FONSEAS e do Ministério, para apuração de dados a
276 serem apresentados ao Ministro Fernando Haddad, à Ministra Simone Tebet e ao Ministro Rui Costa.
277 Anunciou que as Conselheira Célia Melo e Sandra Regina Barbosa serão as representantes do CNAS.
278 Retomando à pauta, informou que, devido à catástrofe das enchentes no Rio Grande do Sul, a
279 candidata Ana Lúcia Soares poderá fazer sua defesa via plataforma Zoom, e os eleitores do estado
280 votarão por procuração, pedindo que a exceção seja acrescentada às considerações finais do
281 Regimento Interno. Sobre isso, o Conselheiro Carlos Nambu arrazoou que a decisão foi orientada
282 pelo Ministério Público diante da situação. Após, a Conselheira Solange Bueno questionou o
283 Parágrafo Único do Artigo 8º, que indica que o Regimento Interno da Eleição da Sociedade Civil será
284 votado novamente na assembleia, ao que o Conselheiro Carlos Nambu insistiu que seria feita apenas
285 a ratificação na assembleia. Com a palavra, a Sra. Aurora, ouvinte, registrou que o Fórum Nacional
286 de Trabalhadores do SUAS - FNTSUAS e a BEPS entraram com posições para participar do pleito,
287 o que não consta no Regimento Interno, questionando se foi acatado. A Presidente Margareth Alves
288 Dallaruvera explicou que o Regimento de fato não prevê tal situação e que, se a liminar for
289 apresentada, os representantes poderão votar. Não havendo observações, o Regimento Interno da
290 Eleição da Sociedade Civil – Gestão 2024-2026 foi aprovado pela unanimidade das(os)
291 conselheiras(os) presentes. Após o intervalo, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera sugeriu que
292 cada item dos relatos fosse votado imediatamente após a sua leitura, ao contrário do que tem sido
293 feito, do relato ser lido na íntegra e relido item por item para votação, o que foi aprovado. Em seguida,
294 passou-se para o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social, realizada em 07 de
295 maio de 2024. Com a palavra, a Conselheira Titular Ivone Maggioni Fiori elencou as(os)
296 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
297 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Revisão
298 do Regimento Interno do CNAS. Convidado: Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento
299 e Assistência Social, Família e Combate à Fome - CONJUR/MDS. A Comissão de Normas tomou
300 conhecimento do Parecer n. 00139/2024/CONJUR-MDS/CGU/AGU da CONJUR, referente à
301 minuta de Regimento Interno do CNAS. Encaminhamentos: a) Após reunião da Comissão, enviar
302 minuta do RI para todos os conselheiros do CNAS para considerações até a reunião de alinhamento
303 dos segmentos no dia 08 de maio; b) Submeter ao pleno para aprovação com quórum qualificado.

304 Encaminhamento para PA: Discussão sobre a construção de plano de providências por parte do CNAS
305 em relação às denúncias e ao acompanhamento dos municípios sobre financiamento, serviços e
306 operacionalização do SUAS. Ato seguinte, a Conselheira Ivone Maggione explicou que os
307 conselheiros poderão fazer destaques no texto e que a minuta teve anuência da CONJUR, através do
308 Doutor William Olindino. Após, a Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho falou que o
309 documento dá ao Conselho apoio para a condução legítima dos procedimentos adotados e pediu
310 atenção às alterações, lembrando que trata-se de um Regimento perene que deve atender o CNAS por
311 diversos mandatos. Contou sua trajetória do CNAS e destacou a importância de se atentar aos Artigos
312 alterados e suas motivações, que se dão por força de entendimento jurídico ou de uma discussão na
313 plenária. Afirmou que o consenso deve prevalecer, por mais que os entendimentos da sociedade e do
314 governo sejam divergentes. Relatou o trabalho árduo das coordenadoras da Secretaria Executiva, que
315 são três e precisam atender as seis comissões permanentes, e pediu valorização do trabalho delas,
316 citando o 1º Encontro das Secretarias Executivas. Em resposta, a Presidente Margareth Alves
317 Dallaruvera agradeceu a dedicação da Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho e
318 prometeu apoio à Secretaria Executiva, disse que a equipe será recomposta e que o Conselho tratará
319 o Regimento Interno com o devido respeito necessário. Então, a Conselheira Solange Bueno endossou
320 a questão da falta de coordenadores para as comissões, afirmando que o Regimento Interno precisa
321 dar conta do problema. Pediu, ainda, mais acessibilidade para os conselheiros com deficiência. Após,
322 a Presidente Margareth Alves Dallaruvera afirmou que a leitura será lenta para que todos possam
323 acompanhar e passou a palavra à Conselheira Ivone Maggioni, que iniciou a leitura da Minuta do
324 Regimento Interno do CNAS. Dando início aos destaques, a Conselheira Amanda Silva,
325 representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, citou o Artigo 2º, Inciso
326 8º, sugerindo retirar que serão feitas conferências extraordinárias a cada dois anos, deixando apenas
327 a opção de conferências livres. Então, o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira, representante do
328 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, lembrou a
329 diferença entre os dois modelos de conferência e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
330 insistiu que não se deve delimitar prazo para as conferências citadas, que precisam ser feitas de acordo
331 com a necessidade. Então, a Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho expôs que a Norma
332 Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS determina que as
333 extraordinárias devem acontecer a cada dois anos e o Conselheiro Carlos Nambu lembrou que trata-
334 se de uma conquista que teve a participação da Senhora Simone Albuquerque, pedindo manutenção

335 do prazo máximo de 2 anos. Já o Conselheiro Agostinho Belo, representante da Central dos
336 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, colocou que as conferências extraordinárias estão
337 saturadas e que seria preciso engajamento dos conselhos regionais para realiza-las. Com a palavra, o
338 Conselheiro Eduardo Dalbosco, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
339 Social, Família e Combate à Fome – MDS, julgou que o CNAS não pode ficar refém do calendário e
340 que as conferências livres e extraordinárias devem acontecer conforme aja necessidade e a
341 Conselheira Maria Carolina Pereira Alves leu o trecho da NOB-RH/SUAS que indica que as
342 conferências poderão ser convocadas a cada dois anos, pedindo retirada do prazo. A Conselheira
343 Maria Aparecida Godoi, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, lembrou que é
344 preciso tempo hábil para implementação e avaliação das deliberações das conferências e citou outros
345 eventos do calendário do CNAS que fazem as conferências extraordinárias e livres muitas vezes
346 serem improdutivas, explicando que estas devem ser preparatórias para a Conferência Nacional.
347 Após, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera opinou que tirar o prazo não traria perdas, e sim
348 melhoraria a metodologia das conferências, sendo que a Conselheira Célia Maria Lima, ,
349 representante do Fórum Nacional dos Secretários(os) de Estado da Assistência Social – FONSEAS,
350 concordou que o prazo fica curto para os acompanhamentos, sugerindo outras formas de debate para
351 incluir a participação social e citando a problemática financeira dos eventos. Em seguida, o Vice-
352 Presidente Edgilson Tavares de Araújo endossou que o debate deve ser pela qualidade da participação
353 social, não pela quantidade, e afirmou que as deliberações são sempre repetidas nas conferências. A
354 Conselheira Keiles Lucena, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
355 Assistência Social – CONGEMAS, complementou que as proposituras são repetidas por falta de
356 orçamento para executá-las, sendo que o Conselheiro Agostinho Belo ponderou que as deliberações
357 são reeditadas a cada conferência. Na sequência, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera afirmou
358 que todos são a favor das conferências, mas lembrou dos altos gastos que demandam diante das
359 necessidades urgentes dos equipamentos da assistência social, pedindo que o dinheiro seja aplicado
360 neles. A Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho sugeriu separar as conferências livres
361 das extraordinárias no documento, endossando as dificuldades financeiras. Por fim, foi aprovada a
362 seguinte redação para o Artigo 2º, Inciso 8º: *“VIII - convocar conferência extraordinária ou*
363 *conferências livres, com caráter consultivo ou deliberativo, no mínimo a cada 2 (dois) anos, que*
364 *precederão as conferências previstas no inciso VII”*. Ainda no mesmo Artigo, a Conselheira Sandra
365 Regina Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes,

366 Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, pediu que o termo “desdobramentos” fosse substituído
367 por “cumprimento”, o que foi aceito. Seguindo com os debates, o Conselheiro Carlos Nambu
368 perguntou se o Artigo 2º, Inciso 12 ficou claro para todos, questionando de quem é a atribuição de
369 apreciar o orçamento, se da plenária ou da Comissão de Financiamento, ao que o Vice-Presidente
370 Edgilson Tavares de Araújo explicou que o texto foi copiado da LOA, portanto deve permanecer
371 como está. Avançando para o Artigo 8º, a Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho
372 sugeriu que a convocação para as reuniões ordinárias seja feita com 30 dias de antecedência, o que
373 foi acatado. Em seguida, sobre o Parágrafo 2º do Artigo 8º, a Conselheira Solange Bueno criticou a
374 possibilidade de se realizar reuniões extraordinárias no formato virtual devido aos problemas técnicos
375 enfrentados anteriormente e disse sentir-se excluída quando das reuniões neste formato. Em resposta,
376 a Presidente Margareth Alves Dallaruvera explicou que a intenção nunca foi excluir os conselheiros
377 ou usuários, disse que estão sendo providenciados chips com internet para os conselheiros e
378 argumentou que o texto cita a possibilidade de reuniões virtuais, uma vez que as reuniões
379 extraordinárias são convocadas com prazos curtos, o que inviabiliza a emissão de passagens, além de
380 demandarem recursos financeiros. O Conselheiro Carlos Nambu lembrou que a gestão anterior não
381 autorizou a disponibilização de chips, o que deve ser verificado, e o Conselheiro Ismael Ultino
382 Tavalone, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD,
383 falou que não se trata de uma solução viável, pois em muitos locais do país o sinal é insuficiente. Já
384 o Conselheiro Agostinho Belo concordou que nem sempre será possível programar as reuniões
385 extraordinárias a tempo de viabilizar o deslocamento de todos e o Vice-Presidente Edgilson Tavares
386 de Araújo insistiu que não houve exclusão de nenhum conselheiro. Disse entender que a solução das
387 reuniões virtuais não é a ideal, mas que trata-se de um pressuposto que precisa existir. Elucidou que
388 o Artigo em questão prevê a excepcionalidade dos conselheiros participarem de forma virtual, quando
389 necessário. Após, a Conselheira Maria Carolina Pereira pediu esclarecimentos sobre o que seria a
390 estrutura necessária e questionou por que a distribuição dos chips não foi autorizada na gestão
391 anterior, pedindo que as causas sejam levantadas. Em réplica, o Doutor William Olindino esclareceu
392 que o pedido foi negado porque os conselheiros da sociedade civil não teriam direito por não
393 integrarem o quadro de servidores da administração pública, afirmando que irá rever o caso. Por fim,
394 o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo afirmou que é possível buscar alternativas, como a ida
395 dos conselheiros até um conselho municipal para participar da reunião de forma virtual. Foi aprovada
396 a seguinte redação para os Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 8º: “§ 1º Excepcionalmente e mediante

397 *justificativa a participação de Conselheiros e convidados nas reuniões ordinárias poderá ocorrer de*
398 *forma virtual. § 2º O CNAS reunir-se-á, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação da*
399 *Presidência ou de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, podendo ser realizada a reunião de*
400 *modo virtual ou híbrida. § O órgão da administração pública federal, responsável pela coordenação*
401 *da PNAS, irá viabilizar a participação virtual dos conselheiros nas reuniões, quando necessário.”*
402 Passando ao Parágrafo 1º do Artigo 16, a Conselheira Solange Bueno criticou o fim da
403 obrigatoriedade de leitura das memórias das comissões durante as reuniões ordinárias. Em resposta,
404 o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que a leitura integral passará a ser opção do
405 relator da comissão, que pode optar por um relato mais sucinto, contextualizando a pauta e lendo os
406 encaminhamentos, mas concordou que não convém citar que os documentos serão disponibilizados
407 no Drive, e sim dizer apenas que serão disponibilizados. Insistiu que é preciso que o Conselho passe
408 mais tempo discutindo o avanço da política em si, não apenas realizando leituras das memórias,
409 quando muitos conselheiros sequer prestam atenção. Após, a Conselheira Catarina de Santana,
410 representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, questionou a antecedência necessária para o envio
411 dos documentos, uma vez que as comissões normalmente se reúnem um dia antes da plenária,
412 inviabilizando a leitura prévia. Já a Conselheira Sandra Regina Barbosa arrazoou que os relatos
413 precisam ser melhorados, embora possam ser sintetizados, e lembrou que são gravados e transmitidos
414 no *YouTube*. Ato contínuo, a Conselheira Simone Gomes, representante do Conselho Federal de
415 Psicologia – CFP, concordou com a posição da Conselheira Sandra Regina Barbosa, mas pediu que
416 a metodologia de, após a leitura, voltar-se apenas aos itens com destaque e não elencar todos seja
417 mantida. O Conselheiro Carlos Nambu ponderou sobre a importância da leitura, defendendo-a tanto
418 pela transmissão pelo *YouTube* quanto pela acessibilidade, e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de
419 Araújo endossou que a leitura deve ser feita, concordou com a Conselheira Simone Gomes, porém
420 pediu bom senso e disse que a leitura deve ser objetiva e sem a inclusão de informações redundantes
421 ou desnecessárias. Discorreu também acerca da necessidade de determinação do tempo de fala
422 durante toda a reunião, para melhor controle do andamento dos trabalhos e aproveitamento do tempo.
423 Concluindo, fez a leitura do texto proposto para o Parágrafo 1º do Artigo 16, que foi aprovado: “§ 1º
424 *Os materiais informativos, informes e memórias das comissões e grupos de trabalho serão*
425 *disponibilizados pela Secretaria Executiva do CNAS e serão encaminhados antecipadamente em*
426 *formato digital para os conselheiros, devendo ser apresentados durante a Plenária.”* No Artigo 17,
427 o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo indagou se a antecedências de dois dias para

428 disponibilização da pauta das reuniões extraordinárias estava correta, lembrando que as reuniões
429 extraordinárias podem ser convocadas com 24 horas de antecedência, sendo a sugestão acatada de
430 antecedência de 24 horas para publicação da pauta em Diário Oficial. **ENCERRAMENTO**
431 **08/05/2024:** Devido ao avanço do horário, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera encerrou o
432 primeiro dia da 327ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação de todas(os).
433 **ABERTURA 09/05/2024:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera deu início ao segundo dia da
434 327ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todas(os) e, em seguida, solicitou à Secretária
435 Thais Braga que realizasse a verificação do quórum. Com a palavra, a Sra. Thaís Pereira Braga
436 justificou a ausência das(os) Conselheiras(os) Carlos Nambu, Maria Aparecida Godói e Simone
437 Gomes, que estavam na reunião da Comissão Eleitoral, e seguiu com a verificação do quórum.
438 Verificada a existência de quórum, retomou-se o debate do Regimento Interno. Seguindo ao Artigo
439 15, Inciso 3º, a Conselheira Ivone Maggioni pediu a inclusão de comissões temáticas temporárias ao
440 texto, ficando conforme segue: *“III - aprovar a instituição de grupos de trabalho e comissões*
441 *temáticas temporárias e suas respectivas competências, composição, procedimentos e prazos de*
442 *duração.”* Ainda com a palavra, pediu um acréscimo sobre os convidados especialistas no Artigo 32,
443 a saber: *“As comissões temáticas poderão, ainda, convidar outros especialistas em temas específicos,*
444 *quando necessário, para contribuir com os debates.”* Após, a Conselheira Solange Bueno considerou
445 os custos da participação dos especialistas, ao que o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
446 lembrou que elas(es) também podem participar virtualmente e o Conselheiro Raimundo Nonato
447 somou que a questão econômica não pode sobrepor a qualidade do debate e dos trabalhos das
448 comissões. Lembrando que o Regimento Interno perdurará por vários mandatos, a Presidente
449 Margareth Alves Dallaruvera concordou com a preocupação e pediu que fosse acrescentada a
450 possibilidade de participação virtual de especialistas, ao que o Vice-Presidente Edgilson Tavares de
451 Araújo sugeriu a seguinte redação: *“A participação presencial de membros externos e convidados*
452 *residentes em outras cidades nas comissões temáticas e grupos de trabalho está condicionada à*
453 *disponibilidade de recursos financeiros e deverá ser validada pela Presidência Ampliada.”* A seguir,
454 discutiu-se o Caput do Artigo 32, em que a Conselheira Solange Bueno questionou a
455 representatividade dos usuários nas comissões, sendo que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera
456 explicou que o segmento precisa se organizar para distribuir seus representantes entre as comissões,
457 atendendo o maior número possível. Sobre isso, a Conselheira Sandra Regina Barbosa pediu que os
458 suplentes tenham maior autonomia e que não aja diferença entre as atribuições, ao que a Presidente

459 Margareth Alves Dallaruvera destacou que o próprio Regimento Interno permite que os suplentes
460 assumam como coordenadores adjuntos das comissões. Acrescentou que o Artigo 32 indica a
461 necessidade de dois titulares em cada comissão, porém não especifica o segmento. Em sequência, a
462 Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho refletiu sobre as atribuições dos titulares e
463 suplentes e explanou a problemática de permitir que um suplente, que não tem direito a voto, seja
464 coordenador de uma comissão e, portanto, participe da Presidência Ampliada, sem entrar no mérito
465 da capacitação. Insistiu que os suplentes não receberam votos suficientes para serem titulares e que
466 não devem ter as mesmas atribuições, a começar pelo poder de deliberação, ou não seria necessário
467 dividir os conselheiros nas duas categorias. A Conselheira Sandra Regina Barbosa concluiu que não
468 se referiu ao poder de deliberação e sim à representatividade dos segmentos. Em seguida, a
469 Conselheira Ivone Maggioni explicou que, nas Comissões, não há votações, e sim consensos, e
470 reforçou que o suplente só deve atuar no momento em que o titular estiver impedido. Já o Vice-
471 Presidente Edgilson Tavares de Araújo expôs que o número de representantes é um fator limitador
472 para a composição equalitária das comissões e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera insistiu que
473 há diferenças entre as atribuições dos titulares e suplentes não apenas no CNAS, como em todos os
474 órgãos, elogiando que os suplentes têm voz no Conselho e podem representá-lo. Destacou a
475 necessidade de mudança apenas na Comissão de Organização das Conferências, que carece de mais
476 representatividade de todos os segmentos. Por fim, a Conselheira Solange Bueno questionou se tanto
477 o coordenador quanto o adjunto devem ser ambos do governou ou ambos da sociedade civil, ao que
478 se confirmou que sim para manter a paridade na Presidência Ampliada. Para fins de padronização,
479 sugeriu-se que as representações fossem preferencialmente do Presidente e do Vice-Presidente, ou na
480 indisponibilidade, que fosse indicado qualquer um dos conselheiros. Sobre isso, o Vice-Presidente
481 Edgilson Tavares de Araújo lembrou que o processo não pode ser burocratizado ao extremo e que
482 a(o) Presidente deveria ter autonomia nas indicações tendo como base a expertise dos conselheiros,
483 desde que respeitada a equidade de participação de todos, tanto titulares quanto suplentes. Então, o
484 Conselheiro Eduardo Dalbosco concordou que, para eventos e afins, a decisão deve ser imediata, e
485 não precisa passar pela Plenária e pela Presidência Ampliada. Porém, a Presidente Margareth Alves
486 Dallaruvera lembrou do momento político, discordou de deixar tal poder apenas com a(o) Presidente
487 e afirmou que a existência da Presidência Ampliada é uma conquista, destacando sua importância
488 para a sociedade civil. Por fim, alterou-se o Parágrafo 1º do Artigo 29, desmembrando-o, a saber: “§
489 *1º Na representação do CNAS será priorizada, respectivamente, a participação do Presidente e Vice-*

490 *Presidente. § 2º Na impossibilidade da Presidência participar de eventos, reuniões e outras*
491 *atividades pontuais, serão indicados outros conselheiros titulares e suplentes, considerando a*
492 *proporcionalidade de participação de todos os segmentos e a afinidade com o tema.”* Avançando
493 nos destaques, passou-se ao Artigo 33, Parágrafo 2º, em que a Conselheira Solange discorreu
494 novamente sobre a participação virtual nas reuniões, desta vez a respeito da possibilidade das reuniões
495 das comissões acontecerem virtualmente uma semana antes da plenária, e acrescentou as dificuldades
496 dos conselheiros comprometerem ainda mais dias do mês ao Conselho. Em resposta, o Vice-
497 Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que o objetivo das reuniões virtuais seria melhorar
498 a eficiência das comissões, diminuir os custos e eliminar problemas com viagens nos finais de
499 semana. Mencionou, ainda, a insuficiência de tempo nas reuniões da Plenária, que precisariam ter
500 três dias, e enfatizou que cada comissão deverá debater e aprovar o próprio cronograma. Após, a
501 Conselheira Catarina de Santana perguntou se o cronograma seria fixo, com reuniões virtuais todos
502 os meses, e o Conselheiro Raimundo Nonato concordou com o Vice-Presidente Edgilson Tavares de
503 Araújo, acrescentando a questão dos colaboradores eventuais. Em resposta, a Conselheira Solange
504 Bueno registrou que nem todos têm o mesmo acesso às tecnologias, pediu que a acessibilidade seja
505 acrescida ao texto e declarou que os usuários estão em desacordo com o texto. O Vice-Presidente
506 Edgilson Tavares de Araújo lembrou que é preciso que aja planejamento e indicou a necessidade de
507 um cronograma semestral. Afirmou que, caso se confirmem as antecipações das reuniões, as
508 coordenadoras não precisariam se dividir entre duas comissões, uma vez que nem todas se reuniriam
509 simultaneamente, embora siga com a luta pela recomposição da Secretaria-Executiva. Com a palavra,
510 a Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho endossou a necessidade de planejamento e
511 lembrou não é facilmente justificável a permanência de um conselheiro em Brasília nos casos em que
512 há uma reunião virtual entre duas presenciais. Concordou que as reuniões virtuais sanariam o
513 problema da falta de coordenadoras e ajudariam no fluxo de pauta, porém que o cronograma é
514 essencial. Diferenciou as reuniões virtuais, presenciais e híbridas com base em custos e infraestrutura
515 e lembrou dos gastos associados ao aumento de tempo das reuniões, como os serviços de gravação
516 e transcrição. Ainda sobre a viabilização do acesso para reuniões virtuais, o Vice-Presidente Edgilson
517 Tavares de Araújo se comprometeu a buscar maneiras de atingir as demandas dos conselheiros. Após,
518 o Conselheiro Rafael Machado, representante do Movimento Nacional População de Rua, descreveu
519 a dificuldade da Comissão de Financiamento em discutir suas pautas sem apoio jurídico e contábil, o
520 que seria agravado com as reuniões virtuais. Assim sendo, alterou-se o Parágrafo 2º do Artigo 33

521 para a seguinte redação: “§ 2º *Mediante avaliação, as Comissões poderão realizar suas reuniões de*
522 *forma virtual, nas semanas que antecedem a reunião ordinária do CNAS, de acordo com o*
523 *cronograma semestral aprovado em Plenária, garantindo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 8º.”*
524 Seguindo a sugestão da Sra. Thais Pereira Braga, o Parágrafo supracitado foi transferido do Artigo
525 33 para o Artigo 32. No Item E do Inciso 2º do Artigo 35, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de
526 Araújo pediu que fosse explicitado que tratam-se das informações cadastradas do CNEAS, ficando a
527 redação: “*e) monitorar as informações das entidades e organizações de assistência social contidas*
528 *no Cadastro Nacional de Entidades da Assistência Social - CNEAS.”* Já no Item B do Inciso 4º do
529 mesmo Artigo, pediu que a aprovação das reuniões regionais e trimestrais seja feita na Presidência
530 Ampliada, não apenas na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Sobre
531 as reuniões regionais, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera considerou a necessidade de novas
532 metodologias e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo endossou que as reuniões devem ser
533 um espaço de fortalecimento do controle social para debater política. Já a Sra. Thaís Pereira Braga
534 falou que o intuito das reuniões é escutar as regiões e entender suas problemáticas e particularidades,
535 diferente da trimestral, que aborda o país como um todo. Para atender a demanda, alterou-se o
536 Parágrafo 6º do Artigo 8º, conforme segue: “§ 6º *O CNAS realizará, semestralmente, reuniões*
537 *regionais com os conselhos estaduais de assistência social - CEAS, com os conselhos municipais de*
538 *assistência social - CMAS e com o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF),*
539 *atendendo as demandas específicas das cinco regiões do país relacionadas ao controle social do*
540 *SUAS, configurando-se como um espaço de mobilização e debate político referente à Política*
541 *Nacional da Assistência Social.”* Os CEMAS foram incluídos ao texto a pedido da Conselheira
542 Solange Bueno, endossado pelo Conselheiro Rafael Machado, que lembrou que os CEAS não dão
543 apoio aos CMAS, pedindo que as regionais sejam usadas para aproximar os conselhos. Após, a Sra.
544 Thais Pereira Braga relatou a dificuldade de se encontrar anfitriões para as reuniões regionais, quadro
545 que se agravaria ao acrescentar os CMAS, e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que
546 a metodologia deve ser debatida na CAC. A Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho
547 lembrou que trata-se de uma reunião direcionada às especificidades do estado em questão e disse que,
548 hierarquicamente, os estados são os responsáveis por se comunicarem com os municípios. Retomando
549 o Artigo 35, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo apontou que o Item A do Inciso 5º, sobre
550 a Comissão de Acompanhamento a Benefícios Socioassistenciais e de Transferência de Renda,
551 menciona o CadÚnico, que está de responsabilidade da Comissão de Política. Já a Conselheira Bruna

552 Carnelossi citou o Item B, preocupando-se em vincular o CadÚnico ao SUAS quanto do escopo do
553 RI, uma vez que o cadastro atende também outras políticas. Com a palavra, a Conselheira Shirley
554 Samico, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
555 Fome – MDS, destacou a importância de tratar-se do CadÚnico dentro da Comissão de
556 Acompanhamento a Benefícios. Por fim, aprovou-se a redação: *“acompanhar a gestão do Cadastro*
557 *Único - CadÚnico em sua relação com a execução dos benefícios socioassistenciais e o Programa*
558 *Bolsa Família, bem como fazer proposições de alteração e aperfeiçoamento do cadastro público.”*.
559 Seguindo para o Inciso 6º, a respeito da Comissão de Controle Social das Deliberações das
560 Conferências de Assistência Social, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo julgou que propor
561 formato e metodologia das conferências, conforme descrito no Item B, deve ser função da Comissão
562 Organizadora da Conferência, que é temporária. O Conselheiro Carlos Nambu explicou que é a
563 Comissão de Controle Social que inicia o processo da Comissão Organizadora, mas que o item
564 poderia ser retirado, por tratar-se de uma medida preventiva. Diante do exposto, o Vice-Presidente
565 Edgilson Tavares de Araújo sugeriu transferir a incumbência para a Presidência Ampliada, ao que a
566 Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho relatou que as metodologias iniciais se chocam
567 com as propostas pela Comissão Organizadora e sugeriu que a PA desse andamento nas questões
568 metodológicas até a constituição da Comissão Organizadora, ao que o Conselheiro Carlos Nambu
569 concordou. Incluiu-se nas atribuições da Presidência Ampliada: *“propôs a organização e gestão da*
570 *Conferência Nacional e das Conferências Livres até a constituição da comissão temática*
571 *específica.”*, retirando o Item B do Inciso 6º. Ato seguinte, a Conselheira Amanda Silva citou os
572 Artigos 36 e 37 e disse que faltou especificar o rito de criação das comissões temáticas temporárias,
573 acatando-se a redação, como Parágrafo Único do Artigo 37: *“As comissões temáticas temporárias e*
574 *os grupos de trabalho serão instalados por deliberação da plenária para discussão de matérias cuja*
575 *complexidade relevante justifica sua instituição.”* No Artigo 39, a Sra. Thais Pereira Braga pediu a
576 inclusão da especificação de que tratam-se dos membros conselheiros, e não convidados. Após, a
577 Conselheira Ivone Maggioni pediu que, toda vez que fosse citado *“até a Lei nº 12.101, de 27 de*
578 *novembro de 2009”* no Artigo 52, fosse alterado para *“até a publicação da Lei nº 12.101, de 27 de*
579 *novembro de 2009”*. Evoluindo para o Artigo 53, pediu que fossem escritos os significados das siglas
580 não mencionadas anteriormente no RI. Com a palavra, a Conselheira Solange Bueno destacou o
581 Artigo 56, pedindo atenção para a questão da sobrecarga das coordenadoras e retirando a Comissão
582 de Acompanhamento Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda do Inciso 6º do Artigo,

583 ao que a Sra. Thais Pereira Braga relatou que trata-se de uma redação obsoleta. Ato contínuo, a
584 Conselheira Bruna Carnelessi sugeriu uma nova redação para o Inciso 2º do Artigo 56: “*assessorar*
585 *o CNAS na avaliação da gestão dos benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, bem*
586 *como seus impactos na efetivação do SUAS.*” Avançando para o Artigo 60, Inciso 6º, o Vice-
587 Presidente Edgilson Tavares de Araújo pediu a retirada do trecho: “*(...) com vistas a propor formato*
588 *e metodologia para as conferências de assistência social.*” A pedido da Secretaria Executiva, voltou-
589 se ao Artigo 38, sendo que o Grupo de Trabalho foi retirado do Parágrafo 7º e ganhou um Parágrafo
590 exclusivo, por não ser exclusivo para conselheiros titulares, a saber: “§ 8º *Na ausência do*
591 *coordenador e respectivo adjunto, os conselheiros que compõem o Grupo de Trabalho escolherão*
592 *um entre seus membros para assumir as funções de coordenação na reunião.*” Por fim, o Vice-
593 Presidente Edgilson Tavares de Araújo pediu que aja padronização de gênero, colocando-se os
594 substantivos no feminino e acrescentando a flexão de gênero masculino após. Com a palavra, o Dr.
595 Daniel, representante da CONJUR, afirmou não ter identificado nenhuma ilegalidade nas alterações
596 propostas e dispensou nova análise do órgão. Em regime de votação, a Conselheira Solange Bueno
597 votou pela aprovação com ressalvas. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera e o Vice-Presidente
598 Edgilson Tavares de Araújo agradeceram e parabenizaram à todas(os) os envolvidos no processo.
599 Após a votação, o Regimento Interno do CNAS foi aprovado com quórum qualificado, com 15 votos
600 favoráveis, sendo um com ressalvas. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Nambu retomou o
601 Regimento Interno da Eleição da Sociedade Civil, informando uma proposta de melhoria do Artigo
602 14, a saber: “*No caso de empate de candidatas e candidatos do mesmo segmento, as(os) eleitoras e*
603 *eleitores: Inciso 1º buscarão consenso por unanimidade; Inciso 2º em não havendo consenso, será*
604 *realizada nova votação para as(os) candidatas (os) que obtiveram o empate; Inciso 3º persistindo o*
605 *empate, para efeito de classificação, será considerada(o) a(o) candidata(o) com mais idade de*
606 *acordo com seu documento de identificação.*” A solicitação foi aprovada. Após o intervalo, o relato
607 da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social foi retomado, com a leitura da Conselheira
608 Ivone Maggioni, a saber: Item 2. Discussão da Resolução CNAS nº 6/2015. Encaminhamentos: a) A
609 comissão avaliou politicamente e decidiu retirar da pauta pela necessidade de aprofundamento na
610 discussão pelo segmento dos trabalhadores do CNAS; b) Encaminhar o Parecer da CONJUR para os
611 conselheiros do segmento dos trabalhadores do CNAS. Item 3. Resultado do Grupo de Trabalho de
612 Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos - ADGD. O relatório final do Grupo de Trabalho foi
613 apresentado pelo Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo, desde o objetivo do GT até seus

614 resultados, destacando os encaminhamentos dados, a saber: a) Realizar uma pesquisa *survey* por meio
615 de questionário no Google Forms a ser encaminhado para os conselhos municipais e do Distrito
616 Federal, para responder sobre as principais dificuldades com relação à inscrição das entidades e
617 organizações de assistência social que ofertam assessoramento, defesa e ou garantia de direitos; b)
618 Apreciação pela Comissão de Normas e Comissão de Política de proposta de atualização da
619 Resolução nº 27 de modo a incorporar as questões apontadas pelo Grupo de Trabalho; c) Após a
620 proposta inicial de atualização normativa, submeter à consulta pública online pelo período de no
621 mínimo 20 dias; d) Sistematização da consulta pública pela Comissão de Normas e Comissão de
622 Política para aprovação pela plenária do CNAS; e) Atualização da Resolução nº 14 com relação aos
623 processos de inscrição nos conselhos das entidades e organizações de assistência social que ofertam
624 programas, projetos e serviços de assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos de modo
625 cumulativo ou isolado, de modo preponderante ou não; f) Elaboração da resolução comentada e
626 realização de processos formativos para os conselhos de assistência social e órgãos gestores; g)
627 Contratação de consultorias para elaboração de subsídios, orientações técnicas, cadernos de boas
628 práticas, entre outros materiais relacionados às ofertas de assessoramento e/ou defesa e garantia de
629 direitos. Item 4. Discussão sobre a atualização da Resolução CNAS nº 14/2014. Encaminhamento:
630 indicativo de tema considerado prioritário para a Gestão 2024/2026. Item 5. Discussão sobre a
631 atualização da Resolução CNAS nº 34/2011. Encaminhamento: indicativo de tema considerado
632 prioritário para a Gestão 2024/2026. Item 6. Revisão do Plano de ação: indicativo de temas
633 considerados prioritários para a Gestão 2024/2026. Encaminhamentos: a) Discussão sobre a
634 atualização da Resolução CNAS nº 14/2014 (indicativo); b) Discussão sobre a atualização da
635 Resolução CNAS nº 34/2011 (indicativo); c) Encaminhamento para PA: Solicitar reunião
636 extraordinária online para o dia 11 de junho, 14h às 18h. Assunto: Relatório de Gestão da Comissão
637 de Normas - gestão 2022/2024 e plano de ação da Comissão. Item 7. Avaliação da planilha de
638 deliberações apresentada na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social para preenchimento. A
639 Comissão de Normas apreciou e preencheu o status das deliberações na planilha em Excel, que será
640 encaminhada para consideração da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências
641 de Assistência Social. Item 8. E-mail do Conselho Municipal de Cascavel/PR, que encaminha dúvidas
642 e solicita orientações. Encaminhamentos: a) Pergunta 1 - Solicitar a cópia da Lei e sua alteração,
643 plano de ação ou de trabalho, verificar se atende as normativas do SUAS; b) Pergunta 2 - Para ser
644 reconhecida como entidade de habilitação e reabilitação no campo da assistência social (Resolução

645 CNAS nº 34/2011), a entidade pode ofertar serviços articulados com outras políticas públicas,
646 devendo organizar serviços, programas e projetos específico previsto no SUAS exclusivos para
647 pessoas com deficiência. Estes serviços, programas ou projetos estão caracterizados na Resolução
648 CNAS n 109/2009, na Resolução CNAS nº 33/2011 e na Resolução CNAS nº 27/2011. Podem ser
649 articulados ou não com outros serviços socioassistenciais que atendem pessoas com ou sem
650 deficiência. Como referência, pode ser consultada a Nota Técnica Conjunta nº 1/2023/MDS/
651 CNAS/SNAS; c) Pergunta 3 – solicitar subsídio ao DRSP para responder; d) Pergunta 4 – Em atenção
652 aos artigos 25 e 26, o SUAS prevê ofertas caracterizadas na Resolução CNAS nº 109/2009, Resolução
653 CNAS nº 34/2011, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 27/2011. Item 9. Ofício
654 CGMAS/AMVE nº 03/2024 do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da
655 Associação de Municípios do Vale Europeu - AMVE, solicita orientações quanto à promulgação da
656 Lei nº 14.674, de 14 de setembro de 2023. Encaminhamento: Está em andamento no âmbito da SNAS
657 o processo de regulação e de orientações acerca da Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha), alterada
658 pela Lei nº 14.674, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o auxílio aluguel para mulher em
659 situação de vulnerabilidade social econômica, que será enviada para pactuação na CIT e aprovação
660 no CNAS. Item 10. Definição da Pauta do mês de Julho de 2024, do assunto principal e dos
661 convidados, se houver. 10.1 Avaliar o plano de ação da Comissão e suas prioridades. Não havendo
662 observações, o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social foi aprovado pela
663 unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao relato da reunião conjunta da
664 Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
665 Socioassistenciais e Transferência de Renda, realizada em 07 de maio de 2024. Com a palavra, o
666 Conselheiro Titular Raimundo Nonato Lopes de Souza indicou os pontos de pauta debatidos e seus
667 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Apresentação da minuta de Portaria - Gestão das
668 condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF. Item 2. A Gestão de condicionalidades é a
669 gestão do acesso às demais ofertas da assistência social bem como o direito à saúde e educação nos
670 territórios. As revisões necessárias para o aprimoramento do Trabalho Social com famílias e
671 territórios da PSB e PSE no não cumprimento das condicionalidades do PBF devem ser
672 compreendidas em ações de: concepção, trabalho social, gestão e intersetorialidade.
673 Encaminhamentos: a) Solicitar à SENARC a possibilidade de ampliar os dados do Informe
674 relacionado às condicionalidades do Programa Bolsa Família; b) Que as comissões priorizem o debate
675 convidando pesquisadores e representações de usuários para dialogarem sobre os impactos das

676 condicionalidades do PBF, em especial os efeitos do não cumprimento dessas condicionalidades; c)
677 Solicitar que a SNAS informe ao CNAS o período da Consulta Pública do Caderno de Orientações
678 Técnicas de acompanhamento das condicionalidades do PBF nos Serviços Socioassistenciais, para
679 divulgação junto aos conselhos de assistência social, bem como possa apresentar os resultados dessa
680 consulta no Pleno do CNAS; d) Que as apresentações da SENARC e da SNAS sejam socializadas
681 para conhecimento dos conselheiros do CNAS na pasta da reunião da Comissão de Políticas e da
682 Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda no link
683 do Google Drive da 327ª Reunião Ordinária. Não havendo observações, o relato da reunião conjunta
684 da Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
685 Socioassistenciais e Transferência de Renda foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os)
686 presentes. Após, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento,
687 realizada em 07 de maio de 2024. Com a palavra, a Conselheira Titular Célia Maria Lima elencou
688 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
689 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1.
690 Indicação do Coordenador Adjunto da Comissão. O Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro Santos foi
691 indicado como Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento.
692 Encaminhamento: Aprovado. Item 2. Apresentação do status das propostas da Comissão deliberadas
693 pela plenária. Encaminhamento: Reunião realizada dia 08 de maio às 10h no gabinete do Ministro.
694 Encaminhamento da plenária: Indicar as Conselheiras Célia e Sandra para compor o GT constituído
695 pelo DEFNAS, SPOG e CNAS com vistas a apresentar a proposta do escalonamento da PEC
696 383/2017 e realizar estudo técnico para viabilizar a recomposição do orçamento para 2024 junto aos
697 Ministérios do Planejamento, Fazenda e Casa Civil. Item 3. Status da Lei Orçamentária Anual – LOA
698 2024. Convidados: SNAS. O Sr. Adailton Leite, assessor da SNAS, apresentou a execução
699 orçamentária anual do Programa 5131 – Proteção Social pelo SUAS, onde indicou a inclusão de uma
700 nova ação 21HO – Acolhimento, Gestão e Atendimento Socioassistencial a Indivíduos e Famílias em
701 Situação de Vulnerabilidade e Risco Social Decorrente de Crise Humanitária, Emergência,
702 Calamidade Pública e Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN. Informou
703 ainda que foi solicitada na janela do mês de abril a suplementação de recursos para a pasta, mas que
704 a ação ainda está aguardando a liberação por meio da SOF do Ministério do Planejamento, para que
705 esses repasses também sejam segurados por conta das calamidades ocorridas no Rio Grande do Sul,
706 mas que serão realizadas novas solicitações de suplementação nas próximas janelas. Com a palavra,

707 o Sr. Adailton Leite apresentou a Execução Orçamentária Anual do Programa 5131 – Proteção Social
708 no âmbito do Sistema Único de Assistência Social: Ação 21H0 – Acolhimento, Gestão e Atendimento
709 Socioassistencial a Indivíduos e Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social Decorrente
710 de Crise Humanitária, Emergência, Calamidade Pública e Emergência de Saúde Pública de
711 Importância Nacional (ESPIN), ainda não obteve dotações; Ação 8249 – Funcionamento dos
712 Conselhos de Assistência Social, com dotação atual de R\$ 3,7 milhões, após recebimento de dotação
713 de R\$ 1 milhão, dado que foram pagos R\$ 500 mil e estão empenhados R\$ 1,7 milhão; Ação 8893 –
714 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território no âmbito do SUAS, dotação de
715 aproximadamente R\$ 2,7 milhões, dos quais R\$ 9 mil foram gastos; Ação 00H5 – BPC à Pessoa Idosa
716 e RMV por Idade, dotação de R\$ 45 bilhões, dos quais foram pagos aproximadamente R\$ 14,5
717 bilhões; Ação 00IN – BPC à Pessoa com Deficiência e RMA por Invalidez, dotação de R\$ 54 bilhões
718 atualmente, dos quais foram pagos mais de R\$ 18,4 bilhões; Ação 00TZ – Auxílio-Inclusão às Pessoas
719 com Deficiência, dotação atual de R\$ 42 milhões e pagamento de R\$ 1,7 milhão; Ação 217M –
720 Primeira Infância no SUAS, dotação de R\$ 294 milhões, dos quais foram pagos R\$ 66,6 milhões;
721 Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica, dotação de R\$ 1,1 bilhão, e pagamento de R\$ 305
722 milhões; Ação 219F – Ações de Proteção Social Especial, dotação de R\$ 737 milhões, com
723 pagamentos de R\$ 156 milhões; Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, dotação
724 de R\$ 834 milhões, sem execuções; Ação 21DT – Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas
725 com Deficiência, dotação de R\$ 441 mil, sem execuções; Ação 2583 – Processamento de Dados do
726 BPC e da RMV, dotação de R\$ 35 milhões, sem pagamentos; Ação 2589 – Avaliação e
727 Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal
728 Vitalícia (RMV), dotação de R\$ 6,4 milhões, dos quais R\$ 1,8 milhão foram executados; Ação 8893
729 – Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS, a dotação
730 inicial era de R\$ 3 milhões e passou para R\$ 9,1 milhões, devido à uma medida provisória para crédito
731 extraordinário para auxílio aos Yanomamis, ainda sem execuções. No total, da dotação de R\$ 103
732 bilhões, foram pagos R\$ 33,4 bilhões. Cedida a palavra, a ouvinte Sra. Aparecida Guerra questionou
733 se realmente ainda não foi feito nenhum repasse para estruturação da rede e se seu orçamento depende
734 de emendas parlamentares, ao que o Sr. Adailton Leite confirmou que a dotação da pasta é de R\$ 834
735 milhões, dos quais aproximadamente metade está empenhado, mas ainda sem pagamentos. Após, o
736 Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo lembrou que os recursos para emendas que são via fundo
737 só podem ser aplicados para ofertas de serviços tipificados na Resolução nº 109. Não havendo

738 destaques, o item foi aprovado e seguiu-se com o relato. Item 4. Apreciação do Relatório de Execução
739 Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS, 1o trimestre –
740 exercício 2024. Convidado: DEFNAS. A presente nota explicativa demonstra a execução
741 orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, apurada pelo regime de
742 caixa, no período de janeiro a março de 2024. Logo após a publicação da LOA 2024 (Lei no
743 14.822/2024), houve bloqueio dos gastos discricionários pelo Ministério do Planejamento e
744 Orçamento, necessário para cumprir tanto a meta de déficit fiscal zero como o limite de gastos
745 estabelecido pelo novo arcabouço fiscal. Dos recursos alocados no Fundo Nacional de Assistência
746 Social, ficaram bloqueados: Ação 219E, bloqueio de R\$ 20.913.014,00; Ação 219F, bloqueio de R\$
747 13.856.172,00; Ação 2583, bloqueio de R\$ 9.095.775,00; Ação 2589, bloqueio de R\$ 1.652.334,00.
748 Sobre os bloqueios, a Sra. Bruna Ribeiro explicou que tratam-se da execução de janeiro a março,
749 sendo que no mês de abril já começaram os desbloqueios. Apresentou as despesas com serviços,
750 programas e projetos até o final do mês de março, a saber: Ação 219E – Ações de Proteção Básica,
751 cuja dotação é de R\$ 1,1 bilhão e está com 18% empenhado; Ação 219F – Ações de Proteção Social
752 Especial, com dotação de R\$ 737 milhões e empenho de 14%; Ação 217M – Criança Feliz, com
753 dotação de R\$ 383 milhões, dos quais 9% estão empenhados; Ação 8893 – IDG SUAS, com dotação
754 de R\$ 9 milhões e nenhum valor empenhado; Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do
755 SUAS, com dotação de R\$ 839 milhões e empenho de 3%; Ação 2583 – Serviços de Processamento
756 de dados BPC/RMV – DATAPREV, com dotação de R\$ 35 milhões e empenho de 121%, diferença
757 que será sanada com os desbloqueios; Ação 2589 – BPC na Escola, com dotação de R\$ 6 milhões e
758 17% do valor empenhado. No total, dos R\$ 3,1 bilhões, 13% estão empenhados. Sobre a execução
759 geral dos restos a pagar, na UG 330013, o total era de R\$ 1 bilhão em 30 de março, dos quais R\$ 1,4
760 milhão foram cancelados e R\$ 460 milhões foram pagos. Já os créditos de execução de restos a pagar
761 na UG 550015, do total de inscritos de R\$ 392 milhões, R\$ 2,1 milhões foram cancelados, R\$ 9,8
762 milhões pagos e restam a pagar R\$ 380 milhões. Encaminhamento do Item 4: Aprovar o Relatório de
763 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS, 1º
764 trimestre – exercício 2024, Resolução Anexo I, com quórum qualificado. Ato seguinte, a Conselheira
765 Célia Maria Lima fez a leitura da minuta do Relatório, que foi aprovada pela unanimidade das(os)
766 conselheiras(os) presentes, com 17 votos favoráveis. Após, seguiu-se com o relato: Item 5.
767 Apreciação dos Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025. Convidado: SNAS. A Comissão
768 apreciou os Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025 apresentados pela SNAS.

769 Encaminhamento: Aprovar os Parâmetros da Proposta Orçamentária para 2025. Resolução em anexo
770 II, com quórum qualificado. O Sr. Adalton Leite fez a leitura da Proposta, que foi aprovada pela
771 unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes, com 17 votos favoráveis. Item 6. Apresentação de
772 comparativo entre a Resolução CNAS n° 78, de 29 de julho de 2022, e a execução orçamentária e
773 financeira do ano de 2023, apontando os impactos para manutenção do cofinanciamento federal
774 referente às despesas discricionárias, considerando os valores pactuados. Convidados: DEFNAS. A
775 Sra. Bruna Ribeiro apresentou a planilha com a execução orçamentária e financeira 2023,
776 comparando as propostas das LOAs 2022 e 2023, e explicando a execução de 2023. Encaminhamento
777 do Item 6: Resgatar o encaminhamento sobre as apresentações sobre o estudo de custos (FONSEAS,
778 CONGEMAS e SNAS), para o mês de julho. O Levantamentos de dados já realizados sobre os custos
779 dos serviços socioassistenciais para subsidiar debate na Comissão. Convidados: SNAS, Professora
780 Jucimeri Isolda e IPEA. 7. Monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2020-2023. Convidado: SNAS.
781 A comissão apreciou a apresentação realizada pela SNAS sobre o “Monitoramento do PPA 2020-
782 2023. 7.1. Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do SUAS. Objetivo: Garantir Serviços e
783 Benefícios Socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos
784 pessoais e sociais, com respeito à diversidade de públicos e territórios. Meta: Ampliar para 70% a
785 cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. 7.2. Programa 5024 - Atenção
786 Integral à Primeira Infância. Objetivo: Promover atenção integral a gestantes e crianças na primeira
787 infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Meta: Atender 2,2 milhões de crianças
788 beneficiadas, desde a gestação até os 6 anos. Item 8. Apresentação da planilha de execução da ação
789 8249 – Funcionamento dos Conselhos. Convidado: Secretaria Executiva CNAS. A Secretaria
790 Executiva apresentou planilha com a execução da ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos.
791 Encaminhamento: Ser encaminhado no último dia de cada mês aos Conselheiros da Comissão o
792 Relatório de Execução Orçamentária extraído do SISPOAD para acompanhamento da execução da
793 Ação 8249. Item 9. Outros assuntos. 9.1 Relatório Final de Gestão 2022-2024. Encaminhamento:
794 Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão 2022-2024, com a possibilidade de alteração/inclusão
795 até a reunião de junho de 2024. Item 10. Definição da pauta do mês de JULHO/2024, definição de
796 assunto principal e convidados, se houver. 10.1. Apresentação do status das propostas da comissão
797 deliberadas pelo plenário. 10.2. Status da LOA 2024. 10.3. Apresentação da planilha de execução da
798 ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos. Convidado: Secretaria Executiva CNAS. 10.4. Proposta
799 Orçamentária para 2025. Convidado: SNAS. (assunto principal). 10.5. Apresentação dos dados sobre

800 o desfinanciamento e processo de emendas parlamentares no SUAS. Convidado: CONGEMAS. 10.6.
801 Levantamentos de dados já realizados sobre os custos dos serviços socioassistenciais para subsidiar
802 debate na Comissão. Convidados: SNAS, Professora Jucimeri Isolda e IPEA. 10.7. Apreciação do
803 Relatório da execução da ação 8249 – 1º semestre – exercício 2023. Convidado: Secretaria Executiva
804 do CNAS. 10.8. Outros assuntos. 10.9. Definição da pauta do mês de Agosto de 2024, definição de
805 assunto principal e convidados, se houver. Por fim, o Conselheiro Eduardo Dalbosco perguntou qual
806 seria o procedimento para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul e a Presidente Margareth Alves
807 Dallaruvera listou as divulgações feitas, além de afirmar que a questão será tratada na Comissão de
808 Política. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento,
809 foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Com a palavra, o Conselheiro
810 Carlos Nambu tornou a falar sobre o Artigo 14 do Regimento Interno da Eleição da Sociedade Civil,
811 questionando se a alteração aprovada anteriormente na reunião foi considerada como um fato novo
812 ou não. Sobre isso, a Conselheira Sandra Regina Barbosa relatou que o critério descrito no Inciso 2,
813 a respeito da votação entre os candidatos empatados, não tem precedentes, ao que a Conselheira Maria
814 Aparecida Godói falou que trata-se de uma prática corriqueira nas eleições. Concedida a palavra, a
815 ouvinte Jucileide lembrou que a votação deve seguir o Regimento, por isso a importância de explicitar
816 a votação em caso de empate. Por fim, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo garantiu que a
817 decisão dos representantes da sociedade civil seria respeitada, mas registrou que houve alteração do
818 conteúdo do Regimento, diferente do que foi exposto no momento da aprovação. Acrescentou que,
819 futuramente, não devem ocorrer alterações imediatas como no caso, sendo que o primeiro documento
820 aprovado deve ser o válido. Não havendo discordâncias pelos representantes da sociedade civil, a
821 redação permaneceu aprovada. Após, passou-se ao relato da reunião da Presidência Ampliada,
822 realizada em 07 de maio de 2024. Com a palavra, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera elencou
823 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
824 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. E-
825 mail do Conselho Municipal de Assistência Social de Maceió/AL, recebido no dia 26 de março, onde
826 encaminha novas informações referentes ao andamento do processo Casa de Passagem - Associação
827 Católica São Vicente de Paulo – Maceió. (Solicitação feita pelo CNAS após deliberação da 319ª
828 Reunião Ordinária realizada nos dias 12 a 14 de julho de 2023). Encaminhamento da PA: Responder
829 agradecendo as informações e reafirmar que não existe repasse direto do Governo Federal para as
830 entidades e que os repasses se dão fundo a fundo, mesmo em caso de emendas, acrescentando que as

831 entidades devem efetuar as tratativas com o órgão gestor local. Em destaque, o Conselheiro Rafael
832 Machado lamentou a situação da Casa de Passagem e pediu articulações para apoiar a instituição.
833 Solicitou, ainda, que a SNAS estudasse a metodologia do repasse de financiamentos para os Estados
834 e estes para as entidades, ao que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera falou que não é do escopo
835 da Secretaria, o que cabe ao órgão gestor local, e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
836 reforçou que o CNAS não pode arbitrar por nenhuma entidade especificamente. Após aprovação do
837 encaminhamento conforme deliberado na PA, passou-se ao Item 2. E-mail do Sr. Adilson Junio –
838 Coordenador de Projetos Sociais do Centro de formação de Aprendizizes e Trabalhadores - CEFORT,
839 recebido no dia 19 de abril, onde encaminha dúvidas sobre a NOB-RH/SUAS, a respeito do registro
840 no Conselho Municipal de Assistência Social. Encaminhamento da PA: Responder ao demandante,
841 encaminhando as legislações pertinentes como Nota Técnica nº 02/2017/DRSP/SNAS/MDS, a Nota
842 Técnica Conjunta Nº 01/2023/MDS/CNAS/SNAS, Resolução CNAS nº 109/2009 e Resolução
843 CNAS nº 33/2011. Esclarecer que não existe equipe mínima e sim equipe de referência, segundo a
844 NOB-RH/SUAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É importante que a
845 organização avalie sua atuação e preponderância na educação e/ou na assistência social. Sobre o Item
846 2, a Conselheira Catarina de Santana pediu que fosse acrescentada a portaria do Ministério do
847 Trabalho que trata da equipe de referência, sendo o item aprovado. Item 3. Ofício nº 048/2024 do
848 Fórum Municipal de Usuários do SUAS, recebido no dia 28 de abril, onde encaminha Carta de Santa
849 Maria/RS elaborada na RDA dos Fóruns Nacional, Estadual e Municipal e a Coordenação
850 Descentralizada e Ampliada do FEUSUAS e agradece a participação da Conselheira Solange Bueno.
851 Encaminhamentos da PA: a) A Conselheira Solange Bueno fará a entrega da Carta de Santa Maria/RS
852 no pleno durante o relato da Presidência Ampliada, em mãos; b) Encaminhar a referida Carta para a
853 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos – CAC, para apreciação. Com a palavra, a Conselheira
854 Solange Bueno relatou o Fórum Municipal de Usuários do SUAS, fez agradecimentos à equipe e
855 entregou a carta supramencionada. Item 4. E-mail do Sr. João Lucas Coelho da Silva - Conselheiro
856 Estadual e Municipal de Assistência Social do Acre e Rio Branco, recebido no dia 30 de abril, solicita
857 emissão de “parecer sobre a utilização de recursos federais dos serviços, programas e projetos da
858 Assistência Social para custeio de atividades do CONGEMAS pelos Secretários Municipais.
859 Encaminhamento da PA: Solicitar esclarecimentos ao CONGEMAS e ao FNAS sobre a Nota
860 Técnica. Submeter as respostas do CONGEMAS e FNAS à Presidência Ampliada. Item 5. E-mail do
861 Sr. Sidnei Sebastião da Luz da área técnica da Pessoa com Deficiência, da Coordenação de Proteção

862 Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São
863 Paulo, recebido no dia 30 de abril, onde solicita “*elucidações a respeito da Resolução nº 9, 15 de*
864 *abril de 2014*”. Encaminhamento da PA: Encaminhar a demanda para a Departamento de Proteção
865 Social Especial - DPSE/SNAS para elaborar subsídios técnicos para resposta do CNAS ao
866 interessado. Item 6. E-mail da Sra. Luciana Silva, recebido no dia 02 de maio, onde solicita indicações
867 de “*publicações, documentos e resoluções que falam sobre o tratamento das requisições feitas pelo*
868 *Ministério Público ao CRAS que poderia ser solicitada para outras políticas setoriais que não para*
869 *a assistência social.*” Encaminhamento da PA: Encaminhar ao demandante a Resolução CNAS nº
870 119, de 4 de setembro de 2023 que “*Aprova os parâmetros para a atuação do Sistema Único da*
871 *Assistência Social (SUAS) na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de*
872 *Justiça e outros Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos*”. Item 7. Ofício nº 28/2024 da Organização
873 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, recebido no dia 6 de maio, pelo qual solicita providências
874 urgentes em relação às recentes chuvas que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul, afetando
875 significativamente a vida de toda a população, em especial das pessoas com deficiência visual que
876 residem no estado. Encaminhamento da PA: Encaminhar para o Gabinete de Crise do MDS para
877 providências. A Conselheira Solange Bueno reforçou a demanda e solicitou um retorno do Gabinete
878 de Crise do MDS acerca das ações feitas em prol das pessoas com deficiência visual e o Conselheiro
879 Rafael Machado pediu atenção à população de rua, solicitando que a SNAS apresente as ações do
880 plano Ruas Visíveis em andamento na próxima reunião. Requereu, ainda, que o CNAS faça uma
881 recomendação para que os recursos disponibilizados ao estado atendam também a população em
882 situação de rua, que afirmou ser sempre esquecida, independente da calamidade. Em suma, aprovou-
883 se o encaminhamento da plenária: Solicitar informações ao Gabinete de Crise do MDS sobre a
884 situação das pessoas com deficiência visual e da população em situação de rua. Item 8. Apontamentos
885 da reunião com a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
886 realizada no dia 25 de abril. Encaminhamentos da PA: a) Convocar reunião conjunta extraordinária
887 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, da Comissão de Políticas e da Comissão de
888 Acompanhamentos de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda para apresentação da
889 Rede Federal antes da Reunião Trimestral, no dia 14 de maio das 9h às 12h, de forma virtual; b) A
890 Presidência Ampliada decidirá se a apresentação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa
891 Família e do Cadastro Único será incluída ou não na Reunião Trimestral. Com a palavra, o Vice-
892 Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que trata-se de uma questão urgente e solicitou que

893 seja incluída na Reunião Trimestral, em junho, o que foi aprovado pela plenária. Item 9. Live para
894 divulgação da Campanha Contra Assédio Moral no SUAS. Encaminhamento da PA: a) Realizar a
895 Live após a definição do fluxo de recebimento e encaminhamento das denúncias referentes ao assédio
896 moral no SUAS; b) Lançamento da Campanha Contra Assédio Moral nas reuniões Regionais, que
897 estarão acontecendo nesse semestre. 10. Convites: 10.1. Carta nº 11/2023 do Fórum Nacional dos
898 Usuários do SUAS, recebido no dia 10 de abril de 2023, onde apresenta o projeto do Encontro
899 Nacional do FNUSUAS a ser realizado nos dias 11 a 13 de julho de 2024 em Brasília, solicitando
900 apoio do CNAS. Encaminhamento da PA: Agendar uma reunião, com urgência, entre Presidência do
901 CNAS, Secretaria Executiva do CNAS, Fórum Nacional dos Usuários, SNAS, FNAS para discutir
902 sobre a solicitação de apoio para o Encontro. 10.2. Ofício nº 21/2024 da Coordenação Geral de Gestão
903 do Trabalho e Educação Permanente – CGGTEP/DGSUAS, recebido no dia 24 de abril, onde convida
904 representante do Conselho Nacional de Assistência Social para participar e palestrar no 2º Seminário
905 Nacional de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS e 9º Aniversário da Escola do
906 SUAS Mariluce Bittar, a ser realizado nos dias 02, 03 e 04 de julho de 2024 em Campo Grande/MS.
907 Encaminhamento da PA: A Presidência do CNAS (Gestão 2024/2026) indicará um representante do
908 segmento dos trabalhadores para participar do evento. 10.3. Ofício nº 34/2024 do Conselho Estadual
909 de Assistência Social do Rio de Janeiro – CEAS/RJ, recebido no dia 25 de abril, onde convida para
910 realizar uma visita técnica em conjunto ao CMAS de Cabo Frio/RJ para apurar os fatos abordados e
911 realização de providências cabíveis. Encaminhamento da PA: Agendar a visita técnica para dia a ser
912 definido, até junho, com a participação da Presidente Margareth Dallaruvera e o Vice-presidente
913 Edgilson Tavares. 10.4. E-mail do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social –
914 FONACEAS, recebido no dia 02 de maio, onde convida este Conselho para 63ª Reunião Ordinária
915 do FONACEAS, em especial na Mesa de Abertura, nos dias 03 a 05 de Junho de 2024, em
916 Adrianópolis, Manaus/AM. Encaminhamentos da PA: a) Convocar o Vice-Presidente Edgilson
917 Tavares de Araújo; b) Consultar um conselheiro governamental, que já estará na Regional do
918 CONGEMAS de Goiânia, para representar o CNAS em substituição do Vice-Presidente Edgilson
919 Tavares de Araújo naquele evento. Encaminhamento da plenária: Consultar o Conselheiro Regis
920 Spindola e o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira. 10.5. Ofício nº 04/2024 do Conselho Estadual de
921 Assistência Social da Bahia – CEAS/BA, recebido no dia 02 de maio, pelo qual solicita participação
922 da Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para ministrar a oficina
923 que terá como tema "Secretaria Executiva: Estrutura, funcionamento e competências", que acontecerá

924 dia 27 de Maio de 2024 no município de Ilhéus/Bahia, como parte da programação da 282ª Reunião
925 Descentralizada do CEAS/BA, realizada entre os dias 27 e 28 de Maio de 2024. Encaminhamento da
926 PA: Aprovada participação da Secretaria Executiva do CNAS no evento. 10.6. Ofício Conjunto nº
927 04/2024 dos Fóruns Estaduais da Sociedade Civil do SUAS/MA, recebido no dia 03 de maio, onde
928 convida conselheiras(os) do CNAS representantes dos segmentos das(os) Usuárias(os),
929 Trabalhadoras(es) e Entidades e Organizações de Assistência Social para proferirem palestras sobre
930 o tema “A Importância dos Fóruns da Sociedade Civil do SUAS do Maranhão para Efetivação da
931 Paridade e Proporcionalidade no Controle Social: Representação e Representatividade em Foco” no
932 IV Encontro Estadual da Sociedade Civil do SUAS, no dia 05 de junho das 8h às 18h, na cidade de
933 Pinheiro/MA. Encaminhamento da PA: Indicar a Presidente Margareth Dallaruvera (Trabalhadores),
934 convocar a Conselheira Solange Bueno (Usuários) e a Conselheira Emilene Araújo (Entidades) para
935 participarem do evento. 10.7. E-mail do Núcleo de Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social
936 - NIPPIS/Fiocruz, recebido no dia 6 de maio, onde convida para participar da Reunião Técnica
937 Interministerial sobre o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (SISDEF), a ser realizada
938 no dia 27 de maio de 2024, segunda-feira, das 10:00 às 13:00 horas, no Ministério dos Direitos
939 Humanos e Cidadania. Solicita responder ao convite até o dia 10/05/2024, indicando um representante
940 do Conselho. Encaminhamento da PA: Consultar os Conselheiros Raimundo Nonato ou Régis
941 Spindola para representar o CNAS. O Conselheiro Raimundo Nonato foi convocado. 10.8. Ofício nº
942 106/2024 do Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, recebido no dia 07 de maio, onde convida
943 para participar do Seminário sobre o PL 5874/20233 – Piso Salarial de Assistentes Sociais e
944 Trabalhadores do SUAS, no dia 23 de maio, às 9h no Auditório da Fundação Dr. Jesus em
945 Candeias/BA. Encaminhamento da PA: Declinar do convite por incompatibilidade de agenda da
946 Presidente Margareth Alves Dallaruvera. 10.9. Convite, recebido no dia 26 de abril para palestrar na
947 Sessão Especial da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, alusiva ao dia 15 de maio, dia do
948 Assistente Social, que será de proposição do Vereador Evandro Kommers (MDB), no dia 23 de maio
949 às 18h no Peixoto de Azevedo/MT. Encaminhamento da PA: Confirmada a participação da Presidente
950 Margareth Alves Dallaruvera. 10.10. Ofício nº 347/2024 do Conselho Federal de Nutricionistas,
951 recebido no dia 18 de abril, onde convida para participar, como palestrante da mesa "A perspectiva
952 de atuação do nutricionista no SUAS: quais os próximos passos?", da atividade do Conselho Federal
953 de Nutricionistas (CFN) com o Poder Executivo no XXVIII Congresso Brasileiro de Nutrição
954 (CONBRAN 2024), no dia 23 de maio das 11h às 12h30, em São Paulo/SP, sem custos para o CNAS.

955 Encaminhamento da PA: Confirmada a presença do Vice-presidente Edgilson Tavares de Araújo.
956 10.11. Ofício nº 48/2024 da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos
957 Deputados, recebido no dia 02 de maio, onde convida para Audiência Pública que irá debater
958 “Dificuldades enfrentadas pelas instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI’s no dia 15 de
959 maio às 15h, no Plenário 15 da Câmara dos Deputados, em formato híbrido. Encaminhamento da PA:
960 O Vice-presidente Edgilson Tavares de Araújo participará de forma virtual. 10.12. Convite do
961 Professor Edval Bernardino Campos, recebido no dia 26 de abril, onde convida para participar, como
962 palestrante, no Seminário O Sistema Único de Assistência Social e a justiça Social: exigências
963 democráticas, para abordar o tema: As possibilidades do SUAS no contexto político atual no dia 14
964 de junho às 9h, em Belém/PA. Encaminhamento da PA: Confirmada a participação da Presidente
965 Margareth Alves Dallaruvera. Item 11. Informes e encaminhamentos das reuniões das Comissões
966 para deliberação da Presidência Ampliada. 11.1. Comissão de Normas de Assistência Social. 11.1.1.
967 Encaminhamento para PA: Discussão sobre a construção de plano de providências por parte do CNAS
968 em relação as denúncias e ou acompanhamento dos municípios sobre financiamento, serviços e
969 operacionalização do SUAS. Encaminhamentos da PA: a) A Secretaria Executiva irá resgatar o
970 acordo feito à época, fruto de achados de um acórdão do TCU; b) Encaminhar demanda para a
971 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Financiamento para apreciação e
972 apresentação de propostas conforme normativos atuais. 11.1.2 Solicita reunião extraordinária online
973 para o dia 11 de junho, 14h às 18h assunto relatório de Gestão da Comissão de Normas Gestão
974 2022/2024, plano de ação e o relatório final do GT de ADGD. Encaminhamento da PA: Sugere-se
975 aprovar. 11.1.3. Encaminhamento da Comissão de Normas da reunião de março. Discussão sobre
976 atualização da Resolução CNAS nº 34/2011. Encaminhamento: Agendar reunião extraordinária
977 conjunta da Comissão de Normas e da Comissão de Políticas em maio de 2024, (data a definir).
978 Encaminhamento da PA: Encaminhar para discussão na próxima gestão (2024/2026). 11.2. Comissão
979 de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 11.2.1 Encaminhamento para PA:
980 Orientações sobre o fluxo das denúncias, referente ao assédio moral, recebidas nos Conselhos
981 Municipais, Estaduais e no DF. Encaminhamento da PA: Solicitar que a CAC reavalie a programação
982 das reuniões regionais para incluir essa temática, bem como na próxima reunião Trimestral.
983 Encaminhamento da CAC: Encaminhar a demanda para Comissão de Normas para realização de
984 Reunião Conjunta, com a proposta de uma oficina sobre o tema e construção de orientação com
985 estabelecimento de fluxos sobre o tema aos CMAS e CEAS. Encaminhamento da PA: Sugere-se

986 aprovar. Definir data. 11.2.2. Fazer uma divulgação da campanha nas reuniões regionais.
987 Encaminhamento da PA: A Presidente Margareth Alves Dallaruvera ou o Vice-presidente Edilson
988 Tavares de Araújo lançarão a Campanha nas reuniões Regionais. 11.3. Comissão de Financiamento
989 e Orçamento. 11.3.1. Reunião com o Ministro do MDS, Wellington Dias, para tratar sobre a PEC n°
990 383 e a recomposição do orçamento, no dia 08 de maio às 10h, no Bloco A. Encaminhamento da PA:
991 Participarão da reunião integrantes da Comissão de Financiamento e a Presidente Margareth
992 Dallaruvera. A reunião foi realizada. 11.4. Comissão Eleitoral. 11.4.1. Solicitação para que inclua o
993 Relato da Comissão Eleitoral no início da pauta da reunião ordinária do dia 8 de maio.
994 Encaminhamento da PA: Sugere-se aprovar. 11.4.2. Participação da Eleitora do Rio Grande do Sul
995 na Assembleia de Eleição. Encaminhamento da PA: Disponibilizar o link de acesso à Assembleia
996 Eleitoral para as duas eleitoras e uma candidata/eleitora do Rio Grande do Sul no momento da
997 apresentação da sua entidade como candidata, devido questões de calamidade pública na região. No
998 momento do voto, será por procuração. 11.5. Comissão de Acompanhamento de Benefícios
999 Socioassistenciais e Transferência de Renda. 11.5.1. Que assuntos gerais do CadÚnico permaneçam
1000 no âmbito da Comissão de Políticas, inclusive o PROCAD, e que assuntos do CadÚnico relacionados
1001 diretamente ao Programa Bolsa Família, ao Benefício de Prestação Continuada e aos Benefícios
1002 Eventuais sejam tratados no âmbito da Comissão de Acompanhamento de Benefícios.
1003 Encaminhamento da PA: Sugere-se aprovar. 11.5.2. A Comissão levará à consideração da Presidência
1004 Ampliada a viabilidade da realização de Reunião Conjunta Virtual da Comissão de Acompanhamento
1005 de Benefícios e da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos para a revisão da Resolução CNAS
1006 nº 15/2014. Encaminhamento da PA: A reunião ficou agenda para o dia 14 de maio das 9h às 12h, de
1007 forma virtual. Convocar também a Comissão de Política para a reunião extraordinária. Incluir na
1008 pauta a apresentação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro
1009 Único. Item 11. Pauta da 328ª Reunião do CNAS – junho de 2024. Encaminhamento da PA: Se
1010 confirmar a entrega dos anais da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social ao Presidente da
1011 República, convocar todos os conselheiros (gestão 2022-2024) para a Reunião Trimestral no dia 18
1012 ou 19 para entrega dos anais. Anexo A - 328ª Reunião Ordinária do CNAS: Dia 18/06/2024 – Reunião
1013 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h às 17h - Reunião Trimestral do CNAS com os
1014 CEAS e CAS/DF; 17h às 18h - Reunião da Presidência Ampliada (Pauta: proposta de pauta da reunião
1015 ordinária de julho). Dia 19/06/2024 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h às
1016 12h - Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. 19/06/2024 – Posse da Gestão CNAS

1017 – 2024/2026: 15h às 18h - Posse dos conselheiros da gestão do CNAS 2024/2026. Convidados:
1018 Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS;
1019 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
1020 – SENARC/MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS;
1021 Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica – SISEC/MDS; Secretaria Nacional de Política de
1022 Cuidados e Família – SNCF/MDS; Secretaria Nacional de Participação Social – SNPS/SG/PR;
1023 Secretaria de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas – SNDS/SG/PR; Colegiado
1024 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Fórum Nacional de
1025 Secretárias(os) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Frente Parlamentar em Defesa do
1026 SUAS; Conselhos Nacionais Setoriais e Defesa de Direitos; Fórum Nacional dos Usuários do SUAS
1027 - FNUSUAS; Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social – MNEAS; Fórum Nacional
1028 de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS – FNTSUAS; Rede Nacional de Defesa e
1029 Assessoramento no SUAS – RENDAS; Conselhos Estaduais de Assistência Social – CEAS e
1030 Conselho de Assistência Social - CAS/DF. Dia 20/06/2024 – Eleição e Posse da Presidência do CNAS
1031 – Gestão 2024/2026: 9h às 11h - Reunião de Alinhamento dos Segmentos; 11h às 12h - Eleição da(o)
1032 presidente e da(o) Vice-presidente do CNAS; 14h às 18h - Apresentações das Comissões do CNAS.
1033 Convidados: Presidência Ampliada da gestão CNAS 2022/2024. Dia 21/06/2024 – 328ª Reunião
1034 Ordinária do CNAS: 9h às 10h - Aprovação da ata da 327ª Reunião Ordinária e da pauta da 328ª
1035 Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 12h - Composição das comissões e grupos de trabalho do CNAS
1036 e representação em comissões, comitês e grupos de trabalho; 14h às 18h - Espaço reservado para
1037 assuntos urgentes que surjam no intervalo da 327ª para a 328ª Reunião Ordinária (gestão 2024/2026).
1038 Devido à urgência da demanda, foi lido o e-mail do Presidente do Conselho Municipal de Assistência
1039 Social do Rio de Janeiro pelo Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo, pedindo um
1040 posicionamento acerca de serviços especializados para pessoas em situação de rua. Após, relatou sua
1041 conversa com o demandante, quando explicou que, embora os Centros Pop sejam públicos, nada
1042 impede de fazer parceiras com organizações da sociedade civil para execução de serviços, porém
1043 pediu que aja uma revisão na atualização da tipificação, explicitando a questão na Resolução nº 109.
1044 Sugeriu que o ofício seja encaminhado o DRSP e para o Fundo Nacional, para que subsidiem a
1045 resposta do CNAS. A Conselheira Ivone Maggioni acrescentou que as confusões dos equipamentos
1046 e dos nomes dos serviços é recorrente e endossou a necessidade de padronização. Sendo assim, o
1047 encaminhamento foi aprovado. Não havendo observações, o relato da reunião da Previdência

1048 Ampliada foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao
1049 relato da reunião da Comissão de Políticas da Assistência Social, realizada em 07 de maio de 2024.
1050 A pedido da Coordenadora da Comissão, Conselheira Titular Solange Bueno, a Conselheira Emilene
1051 Oliveira Araújo, representante da Sociedade Bíblica do Brasil, elencou as(os) conselheiras(os),
1052 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
1053 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Proposta de instituição da
1054 Força Nacional do Sistema Único de Assistência Social para atendimentos às situações de
1055 calamidades públicas e emergências e a revisão dos parâmetros e procedimentos relativos ao
1056 cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e
1057 Emergências. Foi feita a leitura e debate da minuta de resolução sobre as emergências em Assistência
1058 Social e a instituição da Força Nacional do Sistema Único de Assistência Social – FORSUAS, com
1059 o levantamento das seguintes contribuições para o seu aprimoramento: Evidenciar a relevância das
1060 entidades e organizações de assistência social, com a possibilidade de se criar um artigo mais
1061 específico sobre o seu papel nas situações de calamidade e emergência; Trazer elementos de educação
1062 da população e de prevenção vinculados aos serviços socioassistenciais; Dar mais concretude na
1063 resolução o acesso dos usuários aos seus direitos e a relação com os serviços socioassistenciais;
1064 Desburocratizar as entregas com garantia do acesso imediato aos Benefícios Eventuais e à
1065 documentação civil básica; Demarcar e respeitar a matricialidade sociofamiliar e as seguranças
1066 afiançadas pelo SUAS; Incluir os usuários do SUAS como membros permanentes do Comitê Gestor;
1067 Foi destacado a possibilidade e importância de incluir o termo “Proteção” no nome da FORSUAS,
1068 considerando ser este o principal objetivo da estratégia; Por orientação do Grupo de Trabalho que
1069 discutiu a construção da proposta, a FORSUAS, além de pactuação na CIT e deliberação pelo CNAS,
1070 será instituída via Decreto. Essa resolução propiciará atendimento imediato e qualificado às pessoas
1071 atingidas por emergências e calamidades e traduz a responsabilidade da Assistência Social como
1072 tarefa essencial e complementar nessas situações. Encaminhamentos: a) A SNAS levará em
1073 consideração as contribuições propostas pela Comissão para o aprimoramento da proposta de
1074 resolução, que será pactuada no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e posteriormente
1075 retornará para apreciação da Comissão e deliberação do CNAS; b) A apresentação da FORSUAS e
1076 da proposta de resolução estão disponíveis para conhecimento dos conselheiros do CNAS na pasta
1077 da reunião da CP no link do Google Drive da 327ª Reunião Ordinária. Item 2. Apresentação pela
1078 SNAS da proposta de revisão das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

1079 - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e de critérios de elegibilidade do
1080 cofinanciamento federal para Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de
1081 trabalho infantil. Em função do adiantado da hora, não foi possível a apresentação.
1082 Encaminhamentos: a) A proposta de revisão das ações estratégicas do PETI constará no relatório da
1083 Comissão com o indicativo de prioridade para a próxima gestão; b) Encaminhar ofício ao Instituto
1084 Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE solicitando os dados da pesquisa do CENSO 2022
1085 referentes ao trabalho infantil. Item 3. Moções da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. A
1086 Coordenação Técnica da Secretaria Executiva fez um quadro com o resumo das deliberações,
1087 destinatários e identificação das comissões responsáveis pelo monitoramento. Após sanar dúvidas em
1088 relação aos destinatários e conteúdo de algumas delas, a Comissão informa abaixo a distribuições das
1089 36 moções aprovadas na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social considerando as temáticas
1090 abordadas: 20 moções afetas à Comissão de Política; 8 moções afetas à Comissão de Monitoramento
1091 das Deliberações; 3 moções afetas à Comissão de Financiamento e Orçamento; 2 moções afetas à
1092 Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; 2 moções
1093 afetas à Comissão de Acompanhamento de Conselhos; e 1 moção afeta à Comissão de Normas.
1094 Encaminhamentos: a) Que as moções direcionadas ao CNAS sejam encaminhadas às comissões
1095 afetas; b) Que as moções cujos destinatários sejam externos, a Coordenação Técnica de Política fará
1096 os ofícios de encaminhamento, com cópia para a Comissão Temática a qual o assunto é afeto, para
1097 que, em havendo respostas e desdobramentos, as referidas comissões possam dar o devido tratamento.
1098 Em destaque, o Conselheiro Carlos Nambu perguntou qual será o tratamento dado às moções pela
1099 Comissão de Políticas, lembrando que moção é diferente de deliberação, ao que o Vice-Presidente
1100 Edgilson Tavares de Araújo respondeu que a Comissão faz apenas os encaminhamentos das moções.
1101 Item 4. Outros assuntos - temas comuns às comissões: 4.1. Apreciação da minuta de Relatório da
1102 Comissão de Política – Gestão 2022/2024. Encaminhamento: A Comissão apreciou e aprovou o
1103 Relatório de Gestão da Comissão de Política da Assistência Social - gestão 2022/2024, disponível no
1104 Google Drive para conhecimento das(os) conselheiras(os). O relatório será apresentado pela
1105 Coordenadora da Comissão na reunião do CNAS de junho. 4.2. Verificação das deliberações da 12ª
1106 Conferência Nacional. Não houve tempo hábil para apreciação. 5. Reunião da CPAS - julho/2024.
1107 Apresentação de indicativos de temas considerados prioritários para próxima gestão 2024/2026 com
1108 vistas a subsidiar o Plano de Ação da Comissão (principal ponto de pauta). Antes de seguir aos
1109 destaques, o Conselheiro pediu licença da reunião por não estar bem de saúde, mas agradeceu a todos

1110 pelo companheirismo. Seguindo aos destaques do Item 5, a Conselheira Ivone Maggioni sugeriu a
1111 formação de uma força-tarefa do INSS exclusiva para análise dos processos de BPC e outros
1112 benefícios do Rio Grande do SUL, assim como a disponibilização de atendimento presencial nas
1113 agências. Após, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que até mesmo as agências
1114 sofreram com as enchentes, sugerindo a instalação de espaços provisórios. A seguir, o Conselheiro
1115 Rafael Machado relatou a ação itinerante do INSS feita em Maceió, em parceria com a Justiça Federal,
1116 indicando também a possibilidade de parceria com o CNJ. Dada as sugestões, a Presidente Margareth
1117 Alves Dallaruvera pediu encaminhamento para o Gabinete de Crise. Em sequência, o Conselheiro
1118 Raimundo Nonato explicou que o INSS já está priorizando as pessoas do Rio Grande do Sul e
1119 acrescentou que a ação relatada pelo Conselheiro Rafael Machado é produto de um Comitê
1120 Intersetorial. Por fim, elencaram-se os seguintes encaminhamentos para o Gabinete de Crise do MDS:
1121 a) Que o INSS organize atendimento presencial, atendimento prioritário e acesso aos benefícios, posto
1122 o aumento de dificuldade de acesso à internet e aparelhos celulares; b) Formação de força tarefa
1123 exclusiva no estado do RS para análise dos processos do BPC e outros em estoques e represados no
1124 INSS; c) Que essas ações sejam realizadas em conjunto com a Justiça Federal, Defensoria Pública da
1125 União - DPU e INSS. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Políticas da
1126 Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-
1127 se ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social,
1128 realizada em 07 de maio de 2024. Com a palavra, a Conselheira Suplente Solange Teixeira,
1129 representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome –
1130 MDS, elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(os), participantes e membros da Secretaria
1131 Executiva do CNAS presentes e pediu que a Conselheira Shirley Samico fizesse a leitura dos pontos
1132 de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Apreciação do Relatório de Gestão
1133 2022/2024. Encaminhamento: a) Sugere-se que na estratégia de aproximação com os CEAS e
1134 CAS/DF, conforme encaminhado por essa Comissão na reunião de março, o primeiro estado a ser
1135 convidado para participar da reunião desta comissão pela nova gestão seja o Rio Grande do Sul; b)
1136 Sugere aprovação do relatório que está disponível no drive do CNAS para todas(os) conselheiras(os),
1137 e enviado por e-mail para quem solicitou e será apresentado na reunião de junho. Item 2. Avaliação
1138 da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF e apreciação da programação da Trimestral
1139 de Junho. Encaminhamento: a) Após lido e aprovado, o relatório estará disponível para conhecimento
1140 de todas(os) as(os) conselheiras(os) no Drive do CNAS; b) Sugere-se a aprovação da programação

1141 da reunião trimestral em anexo. Realizou a leitura do documento citado, a saber: Programação da
1142 Reunião Trimestral do CNAS: Dia 18/06/2024: 8h às 9h – Credenciamento; 9h às 10h – Abertura;
1143 10h às 10h30 – Lançamento da campanha contra o assédio moral das(os) trabalhadoras(es) do SUAS;
1144 10h30 às 11h30 – Mesa 1: A importância das comissões nos conselhos de assistência social.
1145 Mediação: Maria das Mercês de Carvalho. Coordenação: Shirley Samico; 11h30 às 12h – Debate;
1146 12h – Almoço; 14h às 15h - Mesa 2: inscrições de entidades nos conselhos municipais de assistência
1147 social. Coordenação: Maria Godói; 15h às 17h – debate. Dia 19/06/2024: 9h às 10h30 – Mesa 3:
1148 escuta dos conselhos estaduais de assistência do Distrito Federal. Coordenação: Marcílio Marquezine;
1149 10h30 às 12h – Debate. Pediu a indicação de um convidado para a mesa 1. Sobre a mesa 2, solicitou
1150 a presença do Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo ou de um convidado indicado por ele.
1151 Após, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que a Mesa Nacional de Negociação do
1152 SUAS será lançada na reunião trimestral, com a presença do Sr. André Quintão, além da demanda de
1153 apresentação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família, oriunda da PA. Para incluir
1154 a demanda na pauta, fizeram-se alterações, a saber: Programação da Reunião Trimestral do CNAS:
1155 Dia 18/06/2024: 8h às 9h – Credenciamento; 9h às 10h – Abertura; 10h às 10h30 – Lançamento da
1156 campanha contra o assédio moral das(os) trabalhadoras(es) do SUAS; 10h30 às 12h – Apresentação
1157 da minuta da Mesa Nacional de Negociação do SUAS e debate; 12h às 14h – Almoço; 14h às 15h30
1158 - Mesa 1: A importância das comissões nos conselhos de assistência social. Mediação: Maria das
1159 Mercês de Carvalho. Coordenação: Shirley Samico. Convidado: Edgilson Tavares de Araújo; 15h30
1160 às 18h - Mesa 2: inscrições e fiscalização de entidades e organizações de assistência social nos
1161 conselhos municipais e do DF. Coordenação: Maria Godói. Convidada: Alessandra Portela. Dia
1162 19/06/2024: 9h às 10h - Apresentação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família;
1163 10h às 12h – Mesa 3: Escuta dos conselhos estaduais de assistência do Distrito Federal. Coordenação:
1164 Marcílio Marquezine. Sobre a escuta dos conselhos, a Conselheira Solange Teixeira sugeriu reduzir
1165 os temas propostos de cinco para três por causa do tempo curto. Assim sendo, a programação foi
1166 aprovada e seguiu-se com o relato: Item 3. Apresentação da revisão do Caderno de Orientações
1167 “Processo eleitoral da sociedade civil nos CAS”. Encaminhamento: Para avaliação da próxima gestão.
1168 Item 4. Avaliação dos encaminhamentos das comissões do CNAS sobre a materialização das
1169 deliberações da 12ª Conferência. Encaminhamento: Para avaliação da próxima gestão. Item 5.
1170 Reuniões Regionais do CNAS. 5.1. Orientações sobre o fluxo das denúncias, referente ao assédio
1171 moral, recebidas nos Conselhos Municipais, Estaduais e no DF. Encaminhamento da PA: Solicitar

1172 que a CAC reavalie a programação das reuniões regionais para incluir essa temática, bem como na
1173 próxima reunião Trimestral. Encaminhamento da Comissão: a) Encaminhar a demanda para
1174 Comissão de Normas para realização de reunião conjunta, com a proposta de uma oficina sobre o
1175 tema e a construção de orientação com estabelecimento de fluxos sobre o tema aos CMAS e CEAS;
1176 b) Fazer divulgação da campanha nas reuniões regionais. 5.2. Apreciação das datas e indicativos das
1177 reuniões Regionais de Maio. 5.2.1. Regional Nordeste. Data: 21 e 22 de maio. Local: Fortaleza/CE.
1178 Convocações: Conselheira Governamental Solange Teixeira (Convocação enviada dia 26/04/2024);
1179 Conselheiro Sociedade Civil Rafael Machado da Silva (Convocação enviada dia 26/04/2024); e
1180 Margareth Alves Dallaruvera - Presidente do CNAS. O Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo
1181 fez a leitura da programação da Reunião Regional do CNAS no Nordeste, a saber: 21/05/2024 –
1182 Reunião Regional do CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 9h30 - Momento de acolhida; 9h30 às 11h
1183 - Tema 1: Aplicação da Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, que estabelece as
1184 diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de
1185 assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de fortalecer e consolidar
1186 o controle social na Política Nacional de Assistência Social. Convidado: Conselheiros da Comissão
1187 de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social - CAC e Ministério do Desenvolvimento e
1188 Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; 11h às 12h – Debate; 12h às 13h30 - Intervalo
1189 para almoço; 13h30 às 15h30 - Oficinas por segmento - Tema 1: Desafios e potencialidades da região,
1190 cartografia social e Reunião com as Secretarias Executivas dos Conselhos de Assistência Social;
1191 15h30 às 15h45 – Intervalo; 15h45 às 17h30 - Oficinas por segmento - Tema 2: Propostas de temas
1192 e formatos para as Reuniões Regionais de novembro 2024 e Reunião com as Secretarias Executivas
1193 dos Conselhos de Assistência Social. Dia 22/05/2024 – Reunião Regional do CNAS: 9h às 12h –
1194 Socialização dos resultados das oficinas; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30 às 15h - Apoio técnico.
1195 Tema: A Potencialização do Controle Social na Fiscalização do PROCAD com foco em: 1.
1196 Compromisso Ético, Político na Execução do PROCAD, Palestrante: Cynthia Studart - Assessora
1197 Especial de Acompanhamento da Política e Ações de Assistência Social nos municípios; 2 -
1198 Identificação e Inclusão dos Povos Originários e Tradicionais, Palestrante: Zelma Madeira,
1199 Professora e Secretária Estadual de Igualdade Racial; 3. Utilização dos Recursos no PROCAD,
1200 Palestrante: Paulo Pimenta – Coordenador Financeiro da SPS. Convidada: Ieda Castro, diretora do
1201 Departamento de Gestão do CadÚnico; 15h30 às 15h45 - Intervalo; 15h45 às 17h30 - Apoio técnico.
1202 Tema: A Gestão Descentralizada no contexto do Controle Social. Convidados: SNAS; 17h30 –

1203 Encerramento. Diante do questionamento do Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo sobre os
1204 motivos que levaram à uma programação tão técnica, a Conselheira Solange Teixeira explicou que
1205 foi uma demanda da própria região e a Conselheira Célia Maria de Lima afirmou que o objetivo é
1206 capacitar o controle social local. O Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo insistiu no papel de
1207 mobilização social das reuniões regionais, sendo que a Conselheira Solange Teixeira disse que as
1208 reuniões nunca foram feitas desta forma, que os conselhos estão perdidos e precisam de capacitação
1209 para que possam atuar no controle social junto à gestão. Após, a Conselheira Shirley Samico
1210 encaminhou que o papel da reunião regional seja discutido na próxima reunião da Comissão de
1211 Acompanhamento aos Conselhos. A Conselheira Maria Aparecida de Godói concordou que o
1212 objetivo das reuniões está confuso e que precisa ser debatido, mas insistiu que a demanda partiu da
1213 região, lembrando ainda que não serão apenas ouvintes qualificados, e que uma parcela dos
1214 participantes pode ter a compreensão prejudicada. Diante do prazo curto, a Conselheira Shirley
1215 Samico insistiu que o tema seja revisitado pela Comissão de Acompanhamentos dos Conselhos para
1216 as regionais futuras. Com a palavra, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo solicitou o debate
1217 do papel do controle social no PROCAD na reunião, com a presença da Convidada Ieda Castro e dos
1218 Conselheiros indicados, e chamou atenção para os custos do evento, que não deveria ter convidados
1219 externos. Questionou, ainda, a falta de temáticas voltadas para os usuários e trabalhadores,
1220 endossando que a programação está voltada apenas para a gestão, e pediu que futuramente as
1221 programações sejam discutidas previamente na Presidência Ampliada. Em seguida, o Conselheiro
1222 Rafael Machado falou sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que teve verba até
1223 mesmo para um *coffee break*, mostrando-se indignado com a contestação de gastos. Após, a
1224 Conselheira Célia Maria de Lima sugeriu a retirada do tema 2 - Identificação e Inclusão dos Povos
1225 Originários e Tradicionais, embora necessário. Por fim, encaminhou-se por manter a programação,
1226 que o debate continuasse na Comissão e que a programação fosse posteriormente aprovada pela
1227 Presidência Ampliada. Por fim, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera concordou que as reuniões
1228 regionais não são destinadas à capacitação dos servidores, e sim ao debate político do controle social.
1229 Ato seguinte, passou-se ao Item 5.2.2. Regional Norte. Data: 28 e 29 de maio. Local: Santarém/PA.
1230 Programação: Dia 28/05/2024 – Reunião Regional do CNAS: 8h – Credenciamento; 9h às 9h30 -
1231 Momento de acolhida; 9h30 às 11h | Tema 1: Aplicação da Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de
1232 abril de 2023, que estabelece as diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e
1233 acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, com

1234 o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social na Política Nacional de Assistência Social.
1235 Convidado: Conselheiros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social -
1236 CAC e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; 11h
1237 às 12h – Debate; 12h às 13h30 - Intervalo para almoço; 13h30 às 15h30 - Oficinas por segmento-
1238 Tema 1 – Desafios e potencialidades da região - (cartografia social) e Reunião com as Secretarias
1239 Executivas dos Conselhos de Assistência Social; 15h30 às 15h45 – Intervalo; 15h45 às 17h30 -
1240 Oficinas por segmento- Tema 2– Propostas de temas e formatos para as Reuniões Regionais de
1241 novembro 2024 e Reunião com as Secretarias Executivas dos Conselhos de Assistência Social. Dia
1242 29/05/2024: 9h às 12h – Socialização dos resultados das oficinas; 12h às 13h30 – Almoço; 13h30 às
1243 14h30 - Apoio técnico. Tema: “Custos dos serviços socioassistenciais frente aos Fatores Amazônicos.
1244 Convidado sugerido pelo CEAS: Edval Bernardino; 14h30 às 15h30 – Debate; 15h30 às 15h45 –
1245 Intervalo; 15h45 às 16h30 - Apoio técnico. Tema: Atuação dos Conselhos da região Norte na
1246 perspectiva do ID Conselhos. Expositor: Conselheira Shirley Samico. Debatedor: Edval Bernardino;
1247 16h30 às 17h30 – Debate; 17h30 – Encerramento. 5.2.3. Regional Centro Oeste. Encaminhado
1248 OFÍCIO Nº 32/2024/MDS/CNAS/SE/CAC, processo SEI nº 71000.014549/2024-13 em 30/04/2024
1249 ao CEAS/MT, porém até a presente data não obtivemos retorno. 5.2.4. Regional Sul e Sudeste:
1250 Encaminhado OFÍCIO CIRCULAR Nº 6/2024/MDS/CNAS/SE/CAC, processo SEI nº
1251 71000.014549/2024-13 em 26/04/2024, aos Conselhos Estaduais de Assistência Social das Regiões
1252 Sul e Sudeste (Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) até a presente
1253 data não obteve-se retorno. Encaminhamentos: a) Entrar em contato com os CEAS da Região Sul e
1254 Sudeste para obter a resposta oficial de anfitrião com urgência; b) Prazo de resposta para a Região
1255 Sul/Sudeste e Centro-Oeste, impreterivelmente até o dia 10 de maio, não havendo resposta da região
1256 Centro Oeste a reunião será realizada no Distrito Federal. O Vice-Presidente Edgilson Tavares de
1257 Araújo pediu a suspensão da reunião da Região Sul e Sudeste devido às enchentes do Rio Grande do
1258 Sul, para que seja retomada em momento mais oportuno, e a Conselheira Solange Teixeira sugeriu
1259 unir a reunião do Sudeste à do Centro-Oeste, se realizada em Brasília. Encaminhamentos da plenária:
1260 a) Considerando a situação de calamidade no Rio Grande do Sul, decide-se por suspender a Reunião
1261 Regional Sul-Sudeste, que será remarçada quando possível; b) Caso a Regional Centro-Oeste seja
1262 realizada em Brasília, convidar a Região Sudeste para participar; c) Conforme Regimento Interno, a
1263 programação das demais regionais deverá ser validada na Presidência Ampliada, para posteriormente
1264 passar no pleno. Sobre os encaminhamentos, a Secretária-Executiva Maria das Mercês de Carvalho

1265 pediu que, mesmo que a Regional incluía o Sudeste e o Centro-Oeste, as especificidades das duas
1266 Regiões sejam lembradas e individualizadas. Registrou, ainda, que as decisões sobre a programação
1267 da Regional Nordeste passaram pelo grupo de Whatsapp e que a Presidente Margareth Alves
1268 Dallaruvera assinou os convites dos representantes do SNAS e da SAGICAD para a reunião da
1269 Região Nordeste. Em resposta, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo endossou que apenas
1270 assuntos urgentes devem ser deliberados através dos grupos de Whatsapp. Em seguida, continuou-se
1271 com o relato da reunião: Item 5.3. Apreciação das datas das reuniões regionais de novembro. Faz-se
1272 necessário uma reavaliação da data das regionais do dia 19 e 20, devido ao feriado nacional no dia 20
1273 (Consciência Negra). Encaminhamento: Sugestão de data para 28 e 29 de novembro ao invés de 19 e
1274 20. Item 6. Conteúdo dos Boas Vindas às(aos) Conselheiras(os) de Assistência Social (cursos sendo
1275 atualizado). O conteúdo do curso está sendo atualizado pelo CNAS e o formato pela SAGICAD/MDS
1276 em parceria com a UnB para elaborar o material que ficará disponível nos cursos em EAD do MDS.
1277 Encaminhamento: a) A Conselheira Shirley Samico entrará em contato com a responsável da
1278 Coordenação Geral de Capacitação – CGC e Departamento de Gestão Contratual e Financeira –
1279 DGCF/SAGICAD/MDS Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único –
1280 SAGICAD para verificar possibilidade de prorrogação de prazo para os conselheiros terem tempo
1281 hábil de leitura do conteúdo; b) O conteúdo será lido e apreciado pelos conselheiros da CAC para as
1282 contribuições necessárias. Item 7. Outros assuntos: 7.1. E-mail do CMAS de Itagibá, recebido dia 12
1283 de março de 2024, referente ao processo eleitoral. Encaminhamento: Enviar a demanda para o
1284 CEAS/BA solicitando que faça uma verificação junto ao CMAS de Itagibá das alegações trazidas.
1285 7.2. Manifestação/Apoio às(aos) trabalhadoras(es) do SUAS e à população do Rio Grande do Sul.
1286 Encaminhamento: a) Fazer uma proposta, além de uma nota do CNAS de solidariedade ao Estado do
1287 Rio Grande do Sul para promover uma campanha de arrecadação de água potável; b) Que a Secretaria
1288 Executiva do CNAS mantenha contato com os CEAS/RS para verificar quais as necessidades dos
1289 trabalhadores e trabalhadoras do SUAS para possível campanha de solidariedade; c) Encaminhar
1290 solicitação à SNAS para articular com o COEGEMAS/RS verificar quais as necessidades das(os)
1291 trabalhadoras(es) do SUAS para possível campanha de solidariedade. Sobre o último item, a
1292 Presidente Margareth Alves Dallaruvera explicitou que a solidariedade deve ser com todos, não
1293 apenas com as(os) trabalhadoras(es) do SUAS, ao que a Conselheira Maria Aparecida Godoi explicou
1294 que o intuito foi de apoiar aqueles trabalhadores que seguem atuando em suas funções, alguns mesmo
1295 também estando em abrigos, e lembrou que são diversas as ações em andamento para ajudar a região.

1296 Após, a Conselheira Keiles Lucena de Macedo falou sobre a importância da sensibilidade neste
1297 momento e destacou o apoio dos Correios para envio de doações ao Sul. Já o Vice-Presidente
1298 Edgilson Tavares de Araújo sugeriu que a Secretaria Executiva participe do Gabinete de Crise para
1299 encaminhamento das demandas e para informar ao Conselho o que está sendo feito, o que foi
1300 aprovado. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos
1301 Conselhos da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes.
1302 Por fim, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu que apenas os informes urgentes fossem
1303 anunciados e que os demais fossem encaminhados por e-mail. Com a palavra, a Conselheira Keiles
1304 Lucena da Macedo relatou que o Encontro Regional do CONGEMAS em Cascavel, na Região Sul,
1305 foi cancelado. Acrescentou as datas dos demais Encontros, a saber: 16 e 17 de maio – Vitória/ES; 28
1306 e 29 de maio – Palmas/TO; 3 e 4 de junho – Goiânia/GO. Já o Encontro Nacional será de 10 a 12 de
1307 julho, em São Paulo. Sobre o FONSEAS, a Conselheira Célia Maria Lima contou que a reunião da
1308 Câmara Técnica aconteceu em Curitiba e foi elaborada a programação e as prioridades do órgão para
1309 2024. Por fim, Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo, em nome do SNAS, apresentou o apoio
1310 dado ao Rio Grande do Sul, comunicando que foram liberados R\$ 414 milhões de antecipação do
1311 Bolsa Família para mais de 621 mil famílias, R\$ 355 milhões do BPC para mais de 251 mil famílias,
1312 R\$ 50 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos, R\$ 46 milhões para o Fomento Rural,
1313 R\$ 18,8 milhões de antecipação do cofinanciamento da Rede SUAS, R\$ 15,4 milhões para 97 mil
1314 cestas básicas entregadas diariamente, sendo 4.500 cestas por dia, e R\$ 10 milhões de auxílio-
1315 abrigo. No total, foram liberados R\$ 928 milhões de reais apenas do MDS. Afirmou que nos
1316 dias seguintes seria publicada uma portaria sobre a prorrogação do prazo tanto para diligências,
1317 quanto para solicitações de renovação de SEBAS, de todas as entidades do Rio Grande do Sul. Após,
1318 o Conselheiro Raimundo Nonato pediu cuidado com as notícias falsas divulgadas em redes sociais e
1319 o Conselheiro Rafael Machado relatou a ação para a população de rua feita na Praça Deodoro, em
1320 parceria com o Ministério Público do Trabalho e com a Caixa Econômica Federal, onde 2.800 pessoas
1321 foram atendidas. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a Presidente Margareth Alves
1322 Dallaruvera encerrou a 327ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação e
1323 colaboração de todas(os) as(os) conselheiras(os) e da equipe da Secretaria Executiva.

1324

1325

1326

Margareth Alves Dallaruvera

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

1327

1328

1329

Brasília/DF

Maio de 2024